

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

ANTROPOLOGIA

INTRODUÇÃO ÀS SUBÁREAS

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

**ANTROPOLOGIA –
INTRODUÇÃO ÀS SUBÁREAS**

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Gabriel Nava Lima

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva

Dr. Diogo Guagliardo Neves

M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan

M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237a

Santos, Adelcio Machado dos

Antropologia – introdução às subáreas / Adelcio Machado dos Santos — São Luís:
Editora Pascal, 2025.

69 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-193-4

D.O.I.: 10.29327/5670619

1. Antropologia. 2. Econômica. 3. Educação. 4. Pesquisa. I. Santos, Adelcio Macha-
do dos. II. Título.

CDU: 572.9(07)

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam
quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação
ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

2025

www.editorapascal.com.br

*Livro dedicado a
Joel Aroldo Baad*

*“A função da Antropologia é tornar o mundo seguro para
as diferenças”.*

(BENEDICT, 2005, p. 38).

*BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada:
padrões de cultura japonesa.*

2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Preliminarmente, vivemos em um mundo atravessado por profundas disparidades sociais, culturais e econômicas. Nesse cenário, o papel da Antropologia como campo de conhecimento crítico se revela cada vez mais imprescindível. Ao colocar em foco as diversas formas de organização social, os modos de vida e os sistemas simbólicos das populações humanas, a Antropologia oferece ferramentas para compreender não apenas as dinâmicas culturais, mas também os dispositivos de poder que estruturam o Direito, os projetos de Desenvolvimento e as políticas de Educação.

Destarte, o livro *“Antropologia: introdução às subáreas”* nasce do compromisso com essa perspectiva ampliada e transformadora.

A proposta desta obra consiste em tensionar as cercanias disciplinares, reunindo reflexões que transitam entre o olhar antropológico e as práticas jurídicas, os discursos do desenvolvimento e os desafios educacionais contemporâneos. Ao propor essa interlocução, o livro reconhece a complexidade das relações entre saberes e poderes, entre práticas institucionais e formas de resistência social.

Destarte, a Antropologia é compreendida não apenas como uma ciência da alteridade, mas como uma lente crítica que nos permite problematizar as naturalizações que sustentam a desigualdade e o silenciamento de grupos sociais historicamente marginalizados.

O Direito, em seu caráter normativo, frequentemente apresenta-se como instrumento de regulação e controle social. No entanto, sob o crivo da Antropologia, ele também pode ser desvelado como campo de disputa simbólica, onde múltiplas racionalidades jurídicas coexistem – muitas vezes em tensão com o modelo estatal hegemônico. O pluralismo jurídico, os direitos indígenas, os conflitos fundiários, os saberes tradicionais e os mecanismos de justiça comunitária são apenas alguns dos temas que atravessam os capítulos deste livro, reptando o leitor a repensar a rigidez do arcabouço jurídico tradicional.

Outrossim, no eixo do Desenvolvimento, a Antropologia também exerce uma função crítica, ao desmontar discursos que apresentam o progresso como trajetória única e linear. A imposição de modelos desenvolvimentistas padronizados tem ignorado, com frequência, os contextos locais, os modos de vida sustentáveis e os conhecimentos enraizados em cosmovisões distintas da racionalidade ocidental.

Ao abordar as relações entre agentes do Estado, comunidades tradicionais e

organismos internacionais, os textos aqui reunidos trazem à tona as contradições entre projetos de desenvolvimento e direitos coletivos, sugerindo caminhos possíveis para um diálogo intercultural mais equitativo.

Quanto à Educação, este livro convida o leitor a pensar para além dos muros da escola. Educação é, aqui, entendida como processo social, político e cultural, atravessado por disputas identitárias, raciais e de classe. O olhar antropológico permite perceber como as práticas pedagógicas são moldadas por valores culturais dominantes e como a escola, enquanto instituição, pode tanto reproduzir desigualdades quanto se tornar espaço de emancipação. A partir de reflexões sobre etnoeducação, educação indígena, currículo intercultural e práticas educativas decoloniais, a obra lança luz sobre alternativas possíveis para uma educação mais justa, plural e inclusiva.

Este livro não busca oferecer respostas definitivas. Ao contrário, seu objetivo é instigar perguntas, provocar o pensamento e abrir espaço para o diálogo entre áreas do conhecimento que, muitas vezes, permanecem distantes.

Neste sentido, a Antropologia se configura em ponte: entre o saber e o fazer; entre a teoria e a prática; entre as instituições e as comunidades; entre o global e o local. Ao reunir pesquisadores, educadores, juristas e ativistas, esta coletânea propõe uma abordagem interseccional, capaz de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais contemporâneos.

Em epítome, em tempos de discursos simplificadores, de retrocessos em políticas públicas e de negação da diversidade, esta obra se apresenta como um chamado à escuta, à sensibilidade e à responsabilidade ética.

Por final, faz-se mister que este livro possa contribuir para a construção de olhares mais atentos à pluralidade humana, mais comprometidos com a justiça social e mais abertos à transformação.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é antropólogo (ABECS 066).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações. Bacharel em Antropologia e Licenciado em Ciências Sociais.

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso. Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPE-DI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Deu a lume a 72 livros, 165 capítulos de livros e 426 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

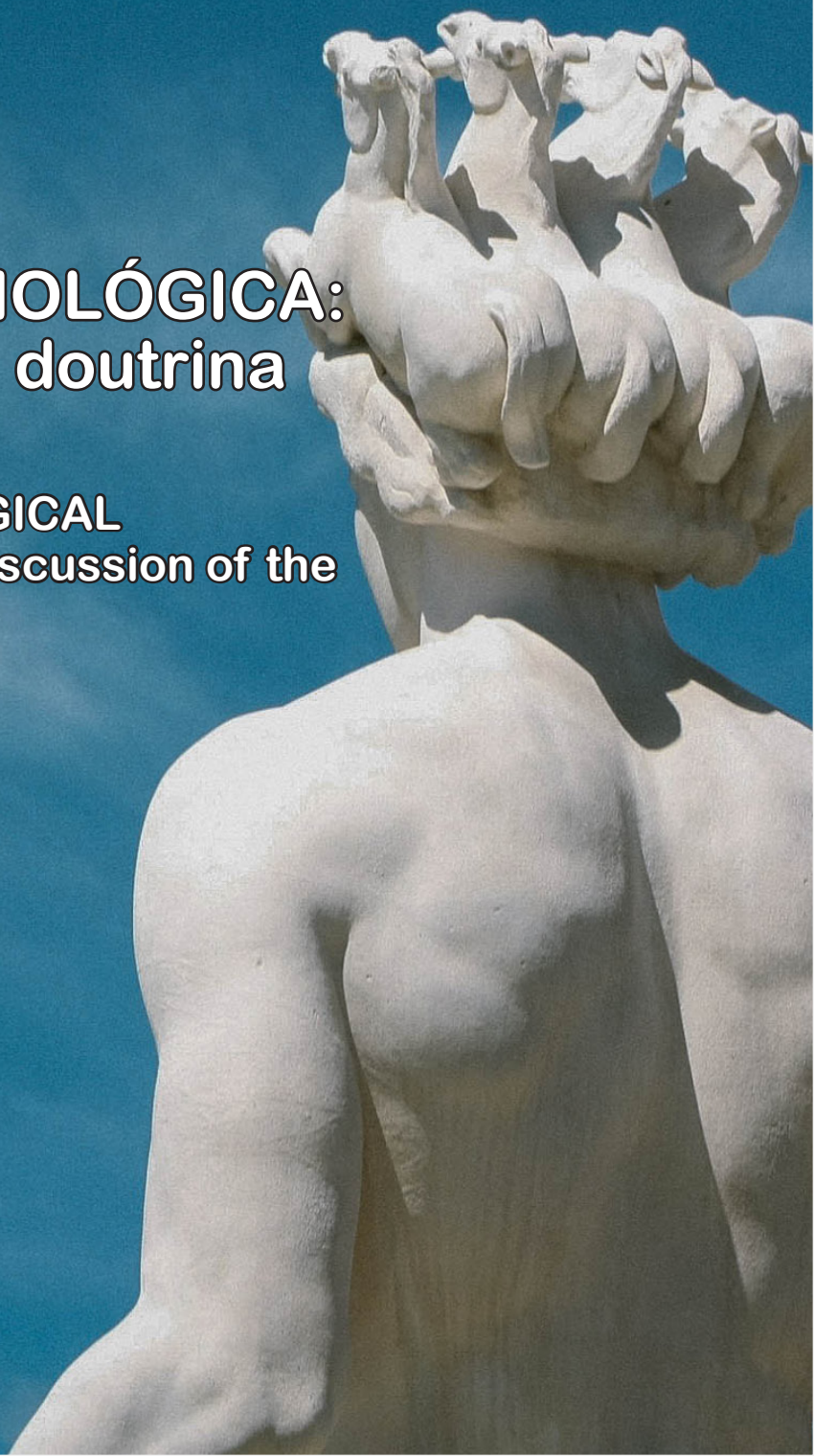
SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
<i>INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA: breve discussão na doutrina</i>	
CAPÍTULO 2	25
<i>ANTROPOLOGIA: contribuição para o desenvolvimento econômico</i>	
CAPÍTULO 3	40
<i>INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA ECONÔMICA</i>	
CAPÍTULO 4	44
<i>ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO: infância, ensino e cultura</i>	
CAPÍTULO 5	57
<i>ANTROPOLOGIA DA SAÚDE: contributo para a construção de novos espaços educacionais</i>	

1

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA: breve discussão na doutrina

INTRODUCTION TO BIOLOGICAL
ANTHROPOLOGY: a brief discussion of the
literature



Resumo

Este artigo apresenta uma introdução crítica à Antropologia Biológica, enfatizando seu percurso histórico, fundamentos teóricos e abordagens contemporâneas na literatura científica. Inicialmente voltada à descrição morfológica e classificação de populações humanas, a disciplina passou por profundas transformações conceituais e metodológicas, consolidando-se como um campo interdisciplinar e biocultural. Ao dialogar com áreas como genética, saúde coletiva, ecologia humana, arqueologia, antropologia forense e estudos decoloniais, a Antropologia Biológica atual amplia seu escopo e impacto social. O artigo discute autores clássicos e contemporâneos, destaca a importância da abordagem biocultural e da crítica às desigualdades em saúde, além de refletir sobre os desafios éticos da pesquisa. Conclui-se que a Antropologia Biológica representa hoje um campo científico essencial para compreender a diversidade humana em sua complexidade biológica e sociocultural, contribuindo para práticas mais inclusivas, contextualizadas e eticamente comprometidas.

Palavras-chave: Antropologia Biológica; Biocultura; Desigualdade em Saúde; Genética Populacional; Direitos Humanos.

Abstract

This article presents a critical introduction to Biological Anthropology, emphasizing its historical development, theoretical foundations, and contemporary approaches in the scientific literature. Initially focused on morphological description and human classification, the discipline has undergone significant conceptual and methodological transformations, becoming an interdisciplinary and biocultural field. By engaging with areas such as genetics, public health, human ecology, archaeology, forensic anthropology, and decolonial studies, contemporary Biological Anthropology broadens its scope and social impact. The article discusses classical and contemporary authors, highlights the importance of biocultural approaches and critiques of health inequalities, and reflects on ethical challenges in research. It concludes that Biological Anthropology today represents an essential scientific field for understanding human diversity in its biological and sociocultural complexity, contributing to more inclusive, contextualized, and ethically committed practices.

Keywords: Biological Anthropology; Bioculture; Health Inequality; Population Genetics; Human Rights.

1 INTRODUÇÃO

A Antropologia, enquanto ciência que se dedica ao estudo do ser humano em sua totalidade, abarca uma série de subáreas que, de maneira complementar, buscam compreender a diversidade biológica e cultural da espécie humana ao longo do tempo e do espaço. Dentre essas subáreas, a Antropologia Biológica, também conhecida como Antropologia Física, ocupa um papel fundamental ao focar a dimensão biológica do ser humano, sem ignorar as influências ambientais, sociais e culturais que moldam o corpo e o comportamento humano. Essa área tem se consolidado como uma vertente imprescindível dentro das Ciências Humanas e Biológicas, promovendo um diálogo interdisciplinar entre biologia evolutiva, genética, arqueologia, medicina, ecologia e saúde pública, entre outras.

O desenvolvimento da Antropologia Biológica remonta ao século XIX, período marcado pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin e pelo crescente interesse em compreender a diversidade das populações humanas. Desde então, a disciplina passou por profundas transformações epistemológicas e metodológicas, abandonando gradualmente os paradigmas racistas e deterministas que marcaram sua origem para adotar abordagens críticas, éticas e contextualizadas.

A evolução desse campo reflete, portanto, uma busca contínua por integrar os dados biológicos às realidades sociais e culturais, dando origem à chamada abordagem biocultural, que reconhece a complexidade das interações entre biologia e ambiente sociocultural na construção da experiência humana.

A Antropologia Biológica contemporânea estuda temas que vão desde a origem e evolução da espécie humana até questões relacionadas à saúde, nutrição, estresse, envelhecimento e adaptação populacional. Além disso, abrange áreas como a paleoantropologia, que investiga os ancestrais humanos por meio de fósseis; a primatologia, que analisa os comportamentos e características biológicas dos primatas não humanos como forma de compreender a evolução humana; e a bioarqueologia, que estuda restos humanos de contextos arqueológicos para reconstruir modos de vida do passado.

Essas subdisciplinas possibilitam interpretações ricas sobre como os seres humanos viveram, se adaptaram e interagiram com o meio ambiente ao longo da história.

No cenário atual, a Antropologia Biológica enfrenta o desafio de se firmar como uma ciência crítica e comprometida com a superação de visões reducionistas que ainda persistem em certos círculos acadêmicos e sociais. A incorporação de perspectivas mais amplas, que dialogam com a saúde coletiva, a ecologia política

e os direitos humanos, tem contribuído para a renovação do campo. Tais transformações têm sido impulsionadas, sobretudo, por uma literatura científica cada vez mais engajada em pensar o corpo humano não apenas como objeto biológico, mas como construção histórica e social.

Destarte, ao abordar questões como desigualdade social, racismo estrutural, processos de marginalização e acesso desigual à saúde, a Antropologia Biológica tem se mostrado capaz de oferecer contribuições relevantes para debates públicos contemporâneos.

No Brasil, embora a Antropologia Biológica ainda seja uma área pouco difundida em comparação com suas congêneres nos Estados Unidos e na Europa, seu desenvolvimento tem ganhado força por meio de grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e colaborações interdisciplinares. Pesquisas voltadas à saúde das populações indígenas, à nutrição em comunidades tradicionais, à análise de material osteológico de sítios arqueológicos e ao estudo de marcadores biológicos associados a processos sociais têm ampliado o escopo da disciplina no contexto nacional. Além disso, a presença de uma literatura científica em língua portuguesa tem contribuído para a formação de estudantes e pesquisadores interessados na interface entre biologia e cultura.

Destarte, este artigo tem como objetivo apresentar uma introdução à Antropologia Biológica, com base em uma revisão breve da literatura científica relevante sobre o tema. Busca-se, com isso, não apenas descrever os fundamentos teóricos e históricos dessa subárea da Antropologia, mas também discutir suas principais abordagens contemporâneas e suas contribuições para o entendimento da complexidade humana.

Ao promover essa reflexão, pretende-se evidenciar o potencial da Antropologia Biológica como um campo essencial para pensar o humano em sua dimensão mais ampla, considerando tanto sua biologia quanto os contextos históricos, sociais e culturais que a influenciam.

A escolha por uma abordagem introdutória e bibliográfica justifica-se pela necessidade de proporcionar uma base sólida para leitores iniciantes e interessados no campo, bem como para acadêmicos de outras áreas que desejam compreender melhor os aportes dessa subárea. A metodologia adotada consistiu em levantamento bibliográfico em bases de dados científicas nacionais e internacionais, priorizando estudos clássicos e recentes que contribuíram para a consolidação e renovação da disciplina.

O artigo está estruturado em quatro partes principais: a primeira apresenta os fundamentos conceituais da Antropologia Biológica; a segunda aborda seu desenvolvimento histórico; a terceira discute as abordagens contemporâneas e, por fim,

a quarta seção tece considerações finais a partir da análise da literatura.

Por conseguinte, a partir da proposição dessa estrutura teórica, busca-se construir um panorama sintético e acessível, porém crítico, sobre a Antropologia Biológica, contribuindo para ampliar a visibilidade e o reconhecimento da área no campo acadêmico brasileiro e internacional.

2 FUNDAMENTOS DA ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA

A Antropologia Biológica, também historicamente conhecida como Antropologia Física, constitui uma das quatro grandes subáreas tradicionais da Antropologia — ao lado da Antropologia Cultural, da Arqueologia e da Linguística Antropológica — e dedica-se ao estudo da evolução biológica, variação genética, adaptação ecológica e aspectos físicos das populações humanas e de seus ancestrais (Huxley, 1863).

Sua fundamentação repousa na busca por compreender os processos evolutivos que moldaram a diversidade biológica da espécie humana, bem como a inter-relação entre fatores biológicos e culturais no desenvolvimento da humanidade. Essa abordagem científica, embora centrada na biologia humana, distingue-se das ciências naturais por seu compromisso com a compreensão holística do ser humano, articulando aspectos históricos, sociais e ecológicos.

Do ponto de vista conceitual, a Antropologia Biológica opera com a premissa de que os seres humanos são produtos simultaneamente de processos biológicos e culturais, entendendo o corpo humano não apenas como um objeto natural, mas como um *locus* de interações complexas entre a biologia e o ambiente social. Nesse sentido, autores como Boas (1940) já defendiam a importância de romper com concepções deterministas e biologizantes do corpo humano, propondo uma visão mais relativista e contextualizada da diversidade humana.

A crítica boasianista à racialização da ciência no início do século XX contribuiu decisivamente para o redirecionamento epistemológico da Antropologia Física, sobretudo nos Estados Unidos.

Os fundamentos científicos da Antropologia Biológica são fortemente influenciados pela teoria da evolução das espécies, formulada por Darwin em *On the Origin of Species* (1859), que introduziu o conceito de seleção natural como mecanismo para explicar a diversidade biológica (Darwin, 1859). A partir das ideias de Darwin, pensadores como Thomas Huxley, autor de *Evidence as to Man's Place in Nature* (1863), procuraram estabelecer vínculos evolutivos entre humanos e outros primatas, inaugurando uma tradição científica que fundamenta até hoje os estudos da evolução humana e da primatologia (Huxley, 1863). No século XX,

a chamada “Síntese Moderna” da biologia evolutiva — que integrou a genética mendeliana às teorias darwinistas — permitiu o desenvolvimento de novos modelos explicativos para a variação biológica humana, incluindo o papel da deriva genética, da migração e da mutação.

De acordo com Jurmain et al. (2012), a Antropologia Biológica atual estruturou-se em diversas subdisciplinas especializadas, cada uma com métodos e objetos próprios, mas interligadas por uma abordagem integrativa da biologia humana. A *paleoantropologia* investiga os fósseis hominídeos e outros vestígios osteológicos para reconstruir as linhagens evolutivas humanas.

A *primatologia* dedica-se ao estudo do comportamento, morfologia, ecologia e genética de primatas não humanos, permitindo inferências sobre os processos evolutivos que afetaram a linhagem humana. Já a *bioarqueologia* foca na análise de restos humanos provenientes de contextos arqueológicos, com o objetivo de reconstruir padrões de saúde, alimentação, mobilidade e organização social de populações pretéritas. Por sua vez, a *antropologia forense* aplica técnicas osteológicas e genéticas para a identificação de restos humanos em contextos legais e humanitários.

No campo da saúde, a Antropologia Biológica tem contribuído significativamente para a compreensão dos efeitos das desigualdades sociais sobre os corpos humanos. Estudos sobre estresse crônico, desnutrição, infecções e doenças metabólicas têm demonstrado que a expressão de traços biológicos está profundamente condicionada por fatores sociais, econômicos e ambientais (Goodman; Leatherman, 1998).

A chamada *síntese biocultural* representa uma das contribuições mais inovadoras da Antropologia Biológica contemporânea. Essa abordagem recusa o dualismo entre natureza e cultura e propõe que a biologia humana é constantemente moldada por processos históricos e políticos. Em outras palavras, as condições materiais de vida — como pobreza, violência, exclusão e racismo — deixam marcas mensuráveis nos corpos humanos, afetando sua morfologia, fisiologia e bem-estar geral.

Gould (1981) e Scheper-Hughes (1993) ampliaram as possibilidades epistemológicas da Antropologia Biológica ao criticar a neutralidade da ciência e ao propor análises que articulam sofrimento humano, estrutura social e processos biológicos. A integração com os estudos da saúde pública, da ecologia política e da epidemiologia crítica fortalece o potencial dessa área em produzir conhecimento comprometido com a transformação social e com a superação de desigualdades.

No Brasil, os fundamentos da Antropologia Biológica vêm sendo desenvolvidos em universidades públicas, museus e centros de pesquisa desde a década de 1930. O Museu Nacional, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade

Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) destacam-se como instituições de referência, promovendo investigações que articulam biologia e cultura, sobretudo no estudo de populações indígenas, tradicionais e quilombolas. Os debates sobre identidade, pertencimento e diversidade genética têm se mostrado centrais para a construção de políticas públicas inclusivas e para o reconhecimento da pluralidade biológica do povo brasileiro (Jurmain et al. 2012).

Nesse sentido, cabe compreender que os fundamentos da Antropologia Biológica repousam sobre uma tradição científica consolidada, mas em constante renovação. Como firmam Jurmain et al. (2012): rejeitar explicações essencialistas e deterministas, a disciplina reafirma seu compromisso com uma ciência crítica, ética e socialmente engajada.

Por conseguinte, a compreensão do corpo humano como expressão de múltiplas determinações — genéticas, históricas, ambientais, políticas — constitui um dos pilares teóricos que conferem à Antropologia Biológica sua relevância contemporânea e seu poder explicativo frente aos desafios do mundo atual.

3 ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA: BREVE HISTÓRICO DA DISCIPLINA

A trajetória da Antropologia Biológica como campo do conhecimento científico está intimamente vinculada ao desenvolvimento do pensamento evolucionista, das ciências naturais e das teorias raciais que permearam os séculos XVIII, XIX e XX (Linnaeus, 1735). Como disciplina dedicada ao estudo da diversidade biológica humana, de seus ancestrais e das interações entre aspectos biológicos e socioculturais, a Antropologia Biológica passou por transformações profundas — tanto epistemológicas quanto éticas — que a tornaram uma ciência mais crítica, interdisciplinar e atenta às implicações políticas de suas interpretações.

Seu surgimento está ligado, inicialmente, ao contexto iluminista europeu, em que a classificação e a ordenação da natureza humana eram empreendidas com base em critérios anatômicos e morfológicos. Linnaeus (1707–1778) já classificavam o *Homo sapiens* dentro de sistemas taxonômicos que também incluíam juízos de valor sobre os diferentes povos. A obra *Systema Naturae*, publicada por Linnaeus em 1735, introduz uma hierarquia das variedades humanas baseada em características fenotípicas, estabelecendo um precedente para as teorias raciais que floresceriam nos séculos seguintes (Linnaeus, 1735).

Durante o século XIX, com o avanço da anatomia comparada e da medicina, o interesse pela diversidade física humana se intensificou, especialmente com a obra de Georges Cuvier e Anders Retzius, que utilizaram craniometria e outras técnicas

para classificar os povos em supostas “raças” humanas. Esses estudos forneceram bases para ideologias racialistas que mais tarde seriam duramente criticadas.

No entanto, o marco teórico mais decisivo da época consistiu na publicação de *On the Origin of Species* (1859), de Charles Darwin, que apresentou a teoria da seleção natural como mecanismo explicativo para a evolução biológica. A obra de Darwin teve um impacto profundo sobre a Antropologia Biológica, fornecendo o arcabouço para o estudo científico da evolução humana (Darwin, 1859).

Thomas Huxley, um dos principais defensores das ideias de Darwin, publicou *Evidence as to Man's Place in Nature* (1863), no qual traça paralelos evolutivos entre o ser humano e os primatas não humanos, contribuindo diretamente para o surgimento da paleoantropologia como subárea da Antropologia Biológica. No final do século XIX e início do século XX, os estudos sobre fósseis hominídeos e a busca pelos “elos perdidos” reforçaram o interesse pela ancestralidade humana (Huxley, 1863).

Entretanto, esse período também foi marcado pela apropriação distorcida da teoria da evolução por ideologias racistas, culminando na consolidação do darwinismo social e no uso político da Antropologia Física para justificar a dominação colonial.

Foi no início do século XX que a Antropologia Biológica passou a sofrer importantes revisões epistemológicas. A crítica às ideias deterministas e biogigantes veio, em grande medida, da tradição antropológica norte-americana, com destaque para Franz Boas, considerado o “pai da Antropologia moderna”. Boas (1940) demonstrou que as diferenças morfológicas humanas eram moldadas por fatores ambientais e culturais, e não por uma hierarquia racial fixa. Ele também introduziu o conceito de plasticidade biológica, que seria fundamental para o desenvolvimento posterior da abordagem biocultural.

A chamada “Síntese Moderna” da biologia evolutiva, que integrou os conhecimentos da genética mendeliana com as teorias darwinistas, trouxe novos aportes para a Antropologia Biológica, especialmente a partir das décadas de 1940 e 1950.

Autores como Theodosius Dobzhansky e Ernst Mayr contribuíram para o entendimento da variabilidade genética e do papel das populações na evolução, criando as bases para o estudo das populações humanas sob a ótica da genética de populações (Jurmain et al. 2012). Esse movimento possibilitou uma abordagem mais empírica e quantitativa da diversidade humana, favorecendo o surgimento de estudos voltados para migração, adaptação ecológica e variação genética.

Na segunda metade do século XX, a descoberta e o aperfeiçoamento das técnicas de datação e análise molecular, como o carbono-14 e o DNA mitocondrial, impulsionaram avanços significativos na paleoantropologia e na bioarqueologia.

O estudo do fóssil “Lucy”, pertencente à espécie *Australopithecus afarensis* e descoberto por Donald Johanson em 1974, exemplifica o impacto dessas novas metodologias na compreensão da evolução humana (Gusmão, 2009).

Paralelamente, a Antropologia Forense consolidou-se como um campo aplicado da Antropologia Biológica, com forte atuação em investigações criminais, direitos humanos e desastres em massa.

Nos anos 1990, uma nova guinada teórica ocorreu com a consolidação da perspectiva biocultural, liderada por estudiosos como Alan Goodman, Thomas Leatherman e Merrill Singer. Em *Building a New Biocultural Synthesis* (1998), os autores propõem uma abordagem crítica que articula biologia e contexto político-econômico, rompendo com a dicotomia natureza/cultura. A partir dessa perspectiva, torna-se possível analisar os impactos das desigualdades sociais sobre o corpo humano, como nos casos de desnutrição, estresse crônico, doenças infecciosas e violências estruturais (Goodman; Leatherman, 1998).

Segundo Mendonça de Souza (2006), atualmente, a Antropologia Biológica é uma disciplina profundamente interdisciplinar, com interfaces com a ecologia, a saúde pública, a arqueologia, a genética, a primatologia e os estudos de direitos humanos. No Brasil, pesquisadores como André Strauss, Sabine Eggers, Cláudia Rodrigues-Carvalho e Maria Cátira Bortolini têm contribuído significativamente para o avanço da área, especialmente em temas como populações indígenas, mobilidade humana antiga e ancestralidade genética. Fuentes (2018) menciona que a inserção da Antropologia Biológica em políticas públicas, como a identificação de corpos em contextos de desaparecimento forçado, também tem reforçado seu papel social.

Para Cartmill, Smith e Stiner (2011), o percurso histórico da Antropologia Biológica reflete, sobretudo, as transformações do conhecimento científico e as próprias disputas éticas e políticas em torno do corpo humano. Larsen (2018) enfatiza que ela é uma ciência marcada por práticas classificatórias e racistas, ela se reinventa como campo crítico, capaz de articular dados biológicos com contextos históricos e sociais complexos. Essa evolução metodológica e teórica é essencial para que a Antropologia Biológica continue contribuindo para a compreensão da condição humana em sua totalidade.

4 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS NA LITERATURA CIENTÍFICA: UM NOVO OLHAR PARA A ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA

A Antropologia Biológica contemporânea vem se afastando das perspectivas

meramente descritivas e classificatórias que marcaram sua origem nos séculos XVIII e XIX. Em vez disso, tem se consolidado como uma ciência dinâmica e interdisciplinar, que busca integrar os conhecimentos da biologia evolutiva, da ecologia humana, da genética, da saúde pública, da arqueologia e das ciências sociais, promovendo uma compreensão mais complexa e crítica da experiência humana em sua dimensão biológica e cultural. Essa transformação é fortemente marcada pela emergência da abordagem biocultural, pela ampliação dos estudos em epidemiologia crítica, pelo avanço da genética populacional e pelo papel crescente da antropologia forense e dos direitos humanos.

A perspectiva biocultural, uma das mais influentes abordagens contemporâneas, parte da premissa de que os aspectos biológicos e culturais da existência humana são inseparáveis. Nesse sentido, Goodman e Leatherman (1998) argumentam que a biologia humana deve ser compreendida à luz dos contextos históricos, políticos e econômicos que moldam os corpos. Por meio dessa ótica, não apenas doenças e condições físicas são analisadas como produtos de interações ecológicas, mas também como reflexos das estruturas de poder, desigualdades sociais e processos de marginalização. A chamada *síntese biocultural crítica* enfatiza a necessidade de compreender a saúde humana não apenas como um fenômeno biológico, mas como uma manifestação material das relações sociais.

Além de Goodman e Leatherman, a obra de Scheper-Hughes e Lock (1987) também é referência essencial. As autoras propõem o conceito de “corpo mindful” (*mindful body*), que supera as dicotomias corpo/mente e natureza/cultura, sugerindo uma abordagem que leva em conta os corpos vividos, históricos e políticos. Para elas, o corpo é simultaneamente biológico, simbólico e experiencial, o que demanda da Antropologia Biológica um diálogo constante com as ciências humanas e sociais.

Dentro desse mesmo escopo, os estudos sobre desigualdade em saúde têm ganhado destaque. Algumas pesquisas em Antropologia Biológica contemporânea vêm abordando como fenômenos como racismo estrutural, pobreza, insegurança alimentar, violência urbana e degradação ambiental afetam diretamente a fisiologia humana, influenciando níveis hormonais, crescimento, imunidade e risco de doenças crônicas. Um exemplo emblemático é o trabalho de Gravlee (2009), que mostra como o racismo, mais do que a raça biológica, afeta a saúde cardiovascular da população afro-americana nos Estados Unidos. Para o autor, a biologia humana é moldada por contextos sociais de discriminação, stress e exclusão.

A epidemiologia crítica, articulada com a Antropologia Biológica, também oferece uma lente contemporânea valiosa. Essa abordagem questiona os modelos biomédicos reducionistas e propõe uma análise ampla dos determinantes sociais da saúde. Singer e Baer (2011), por exemplo, desenvolvem a teoria da *sindemia*,

destacando como múltiplas doenças interagem sinergicamente dentro de contextos de desigualdade estrutural, produzindo efeitos biológicos mais intensos. Assim, a Antropologia Biológica passa a contribuir para a compreensão das doenças não apenas como entidades nosológicas, mas como processos profundamente entrelaçados com o ambiente e as relações de poder.

Outro campo em expansão é o da genética populacional e genômica, que vem transformando a Antropologia Biológica ao permitir análises de ancestralidade, mobilidade populacional e adaptação ao longo do tempo. Com o avanço das tecnologias de sequenciamento de DNA, tornou-se possível estudar a variabilidade genética entre populações humanas com muito mais precisão.

No entanto, os antropólogos biológicos contemporâneos têm enfatizado a necessidade de uma leitura crítica desses dados. Reich (2018) e Fuentes (2021) alertam para os riscos de um novo biologismo e argumentam que os dados genéticos devem ser sempre contextualizados cultural e historicamente para evitar reducionismos e interpretações racialistas.

No Brasil, a aplicação da genética populacional à Antropologia Biológica tem produzido resultados significativos. Os estudos de Strauss et al. (2015) sobre restos humanos encontrados em Lapa do Santo, em Minas Gerais, por exemplo, revelam padrões de diversidade morfológica e genética que desafiam modelos tradicionais sobre a ocupação das Américas. Outro campo contemporâneo de grande impacto é a Antropologia Forense, que passou a integrar com mais intensidade as agendas da Antropologia Biológica, sobretudo no contexto dos direitos humanos (Fuentes, 2021). A identificação de restos mortais em contextos de guerra, repressão estatal e desastres em massa exige técnicas refinadas de análise osteológica e genética, mas também sensibilidade cultural e compromisso ético. O trabalho do Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF) e de organizações como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) exemplifica essa atuação multidisciplinar, em que os antropólogos biológicos colaboram com arqueólogos, médicos legistas e familiares de vítimas (Fuentes, 2021). No Brasil, as ações de identificação de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar (1964-1985) representam um exemplo concreto de como a Antropologia Biológica pode contribuir para processos de justiça transicional (Mendonça de Souza, 2006).

Além disso, a primatologia contemporânea, embora com raízes antigas, tem sido revista dentro de uma perspectiva mais ética e ecológica. Estudos sobre comportamento, cognição, ecologia e conservação de primatas não humanos têm gerado novos entendimentos sobre a evolução social e biológica da espécie humana. Waal (2016) com os seus estudos sobre empatia, cooperação e moralidade em bonobos e chimpanzés questionam visões tradicionais da natureza humana como intrinsecamente competitiva. A primatologia, nesse contexto, não apenas contribui

para a compreensão da origem do comportamento humano, mas também serve de alerta para a preservação de espécies ameaçadas, conectando biologia, ética e política ambiental.

É importante destacar ainda o papel da antropologia do corpo e da performance biológica, campo emergente que explora como os corpos são modificados, disciplinados e performados em diferentes contextos. Shilling (2012) e Martin (1992) abordam o corpo como um *locus* de inscrição de normas sociais, gênero, identidade e controle político. A partir dessa perspectiva, o corpo deixa de ser visto apenas como objeto de análise anatômica e passa a ser compreendido como território de disputa e significação, tema caro à Antropologia Biológica contemporânea.

Segundo Gusmão (2009), a contemporaneidade também é marcada pela incorporação de metodologias mistas, que combinam dados quantitativos (como medidas fisiológicas, amostras genéticas, indicadores nutricionais) com abordagens qualitativas (entrevistas, etnografias, narrativas orais). Essa flexibilidade metodológica permite captar as múltiplas dimensões da experiência humana e amplia o alcance da Antropologia Biológica para temas como saúde indígena, envelhecimento, infância, urbanização, mobilidade e desigualdades socioambientais.

Também há uma crescente valorização da antropologia colaborativa e decolonial, que procura desconstruir o papel tradicional do pesquisador como observador externo e reposicioná-lo como parceiro dos sujeitos estudados (Jurmain et al. 2012). Em comunidades indígenas, por exemplo, muitos projetos em Antropologia Biológica têm se desenvolvido com protagonismo local, respeitando os saberes tradicionais e as epistemologias nativas. Isso desafia os modelos hegemônicos da ciência e amplia os horizontes éticos da disciplina, como demonstrado nas obras de Smith (2012) sobre pesquisa descolonizadora e de Bolnick (2021) sobre justiça epistêmica em genética humana.

Dessa forma, o novo olhar para a Antropologia Biológica na literatura científica não apenas amplia os campos de atuação e os métodos de investigação, mas também transforma o modo como se entende o próprio objeto da disciplina: o ser humano como um ente biocultural, histórico e político. Esse movimento consolida a Antropologia Biológica como um campo indispensável para compreender os desafios contemporâneos da saúde, da diversidade, da justiça e da sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antropologia Biológica, ao longo de sua trajetória histórica, evoluiu significativamente em termos conceituais, metodológicos e éticos. O percurso des-

sa disciplina demonstra uma mudança profunda de paradigma: de uma ciência essencialmente voltada à taxonomia racial e à descrição morfológica, para uma abordagem interdisciplinar, crítica e comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a diversidade biológica e cultural da espécie humana. Essa transformação reflete tanto as mudanças na produção científica global quanto os apelos por uma ciência mais consciente de seus impactos sociais, históricos e políticos.

As abordagens contemporâneas discutidas neste trabalho evidenciam o caráter biocultural da Antropologia Biológica. Ela integra aspectos biológicos, ambientais, culturais e históricos, e se torna capaz de fornecer explicações mais amplas e contextualizadas sobre a saúde, a doença, a adaptação e a variabilidade humana. A incorporação de temas como racismo estrutural, desigualdades em saúde, antropologia forense, justiça epistêmica, primatologia crítica e genética populacional revela não apenas a diversidade temática da área, mas sua capacidade de dialogar com diferentes campos do saber e com os desafios contemporâneos da humanidade.

Além disso, o fortalecimento de metodologias participativas e colaborativas, sobretudo em comunidades indígenas e populações vulnerabilizadas, aponta para uma Antropologia Biológica mais ética, inclusiva e decolonial. A valorização dos saberes locais, das epistemologias não ocidentais e da justiça cognitiva representa um avanço significativo no reposicionamento do papel do pesquisador, agora compreendido não como um observador neutro, mas como agente implicado nas dinâmicas sociais e políticas do campo.

No Brasil, observa-se uma ampliação do interesse acadêmico e institucional pela Antropologia Biológica, especialmente nos estudos populacionais, na bioarqueologia, na antropologia forense e nos debates sobre identidade, ancestralidade e direitos humanos. Essa expansão representa não apenas um amadurecimento científico, mas uma oportunidade para consolidar a área como fundamental para o enfrentamento de problemas urgentes do país, como o racismo, a violência de Estado, as desigualdades regionais em saúde e as ameaças aos povos tradicionais.

Em epítome, a Antropologia Biológica contemporânea deve ser compreendida como uma ciência em constante movimento, sensível às transformações da sociedade e aberta ao diálogo com outras áreas do conhecimento.

Por final, pode-se concluir que há nela um compromisso ético, político e científico com a compreensão integral do ser humano faz dela um campo indispensável para a produção de conhecimento crítico, emancipatório e comprometido com a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- BOAS, Franz. *Race, Language and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1940.
- BOLNICK, Deborah A. et al. Toward a More Ethical Genetics Research Practice with Indigenous Peoples. *Annual Review of Genomics and Human Genetics*, v. 22, p. 315–338, 2021.
- CARTMILL, Matt; SMITH, Fred H.; STINER, Mary C. *The human lineage*. New York: Oxford University Press, 2011.
- DARWIN, Charles. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection*. London: John Murray, 1859.
- FUENTES, Agustín. *Biological anthropology: concepts and connections*. 3rd ed. New York: McGraw-Hill, 2018.
- FUENTES, Agustín. *Why We Believe: Evolution and the Human Way of Being*. New Haven: Yale University Press, 2021.
- GOODMAN, Alan H.; LEATHERMAN, Thomas L. *Building a New Biocultural Synthesis: Political-Economic Perspectives on Human Biology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- GOULD, Stephen Jay. *The Mismeasure of Man*. New York: W. W. Norton & Company, 1981.
- GOODMAN, Alan H.; LEATHERMAN, Thomas L. *Building a New Biocultural Synthesis: Political-Economic Perspectives on Human Biology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- GRAVLEE, Clarence C. How race becomes biology: embodiment of social inequality. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 139, n. 1, p. 47–57, 2009.
- GUSMÃO, Luciene. *Antropologia biológica*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- HUXLEY, Thomas H. *Evidence as to Man's Place in Nature*. London: Williams and Norgate, 1863.
- JURMAIN, Robert; KILGORE, Lynn; TREVATHAN, Wenda; CIOCHON, Russell L. *Introdução à Antropologia Física*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- LARSEN, Clark Spencer. *Our origins: discovering physical anthropology*. 4th ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018.
- LINNAEUS, Carolus. *Systema Naturae per Regna Tria Naturae*. Stockholm: L. Salvius, 1735.
- MARTIN, Emily. *The Woman in the Body: A Cultural Analysis of Reproduction*. Boston: Beacon Press, 1992.
- MENDONÇA DE SOUZA, Sheila Maria Ferraz. *Antropologia biológica: uma introdução às áreas de interface entre biologia e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Fio-cruz, 2006.
- REICH, David. *Who We Are and How We Got Here: Ancient DNA and the New Science*

of the Human Past. New York: Pantheon, 2018.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1993.

SHILLING, Chris. *The Body and Social Theory*. 3. ed. London: SAGE Publications, 2012.

SINGER, Merrill; BAER, Hans. *Introducing Medical Anthropology: A Discipline in Action*. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2011.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. 2. ed. London: Zed Books, 2012.

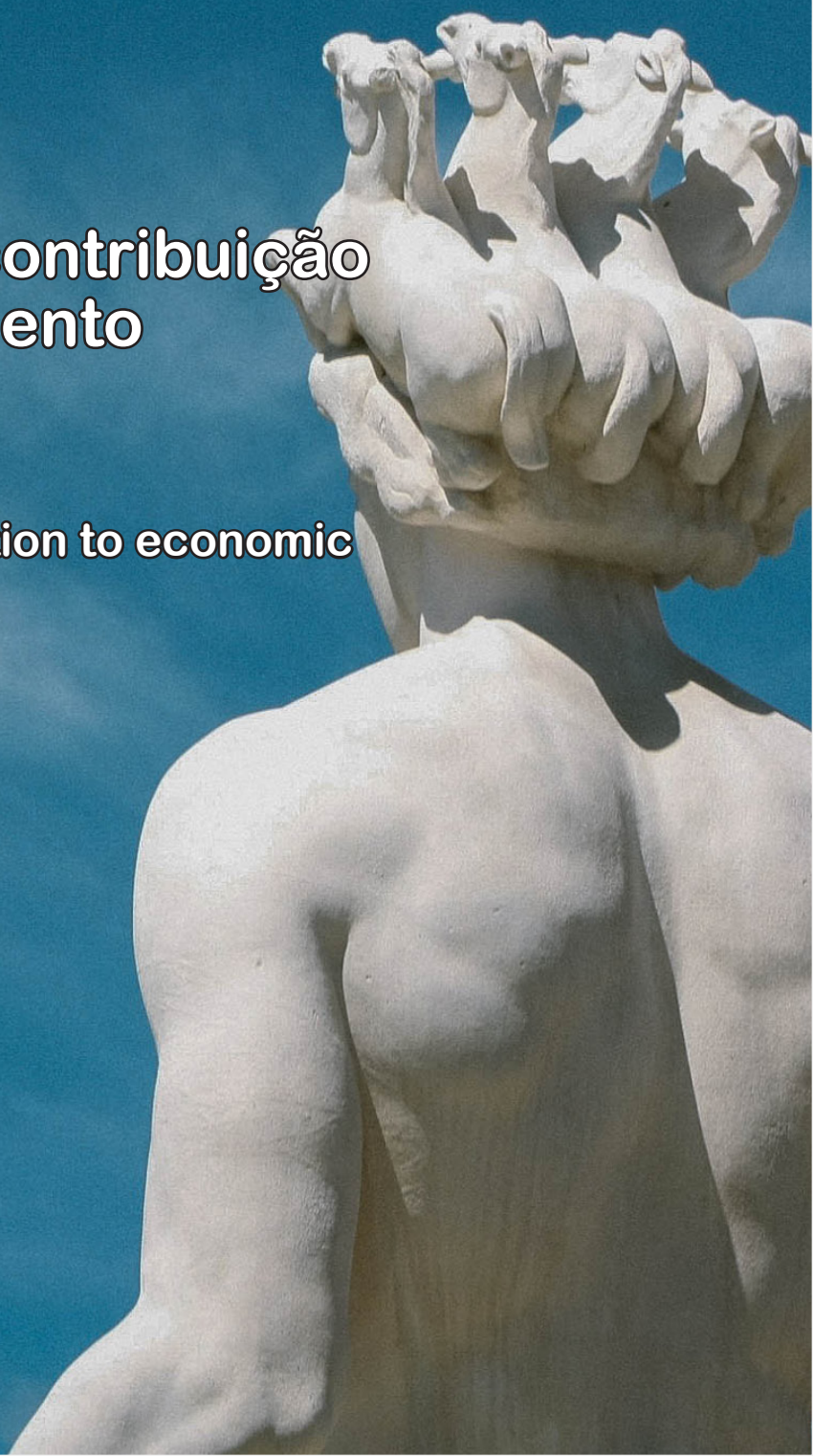
STRAUSS, André et al. Early Holocene human remains from Lapa do Santo, Brazil: implications for the settlement of the New World. *PLoS ONE*, v. 10, n. 6, p. e0137456, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0137456.

WAAL, Frans. *Are We Smart Enough to Know How Smart Animals Are?* New York: W. W. Norton & Company, 2016.

2

**ANTROPOLOGIA: contribuição
para o desenvolvimento
econômico**

**ANTHROPOLOGY: contribution to economic
development**



Resumo

O presente artigo discute a relevância da antropologia como ferramenta crítica e propositiva na construção de modelos de desenvolvimento econômico sustentáveis e inclusivos. A partir de uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da antropologia e das ciências sociais, argumenta-se que o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo plural, relacional e culturalmente situado. São analisadas as contribuições da antropologia em contextos diversos, como comunidades indígenas, populações urbanas marginalizadas e territórios afetados por grandes projetos econômicos, evidenciando seu papel na mediação de conflitos, formulação de políticas públicas e valorização dos saberes locais. Além disso, discute-se os principais desafios enfrentados pela antropologia nesse campo, como a hegemonia de modelos economicistas e a resistência institucional à participação comunitária. Por fim, aponta-se para as perspectivas futuras da antropologia aplicada ao desenvolvimento, ressaltando seu potencial em articular justiça social, equidade epistêmica e sustentabilidade.

Palavras-chave: antropologia econômica; desenvolvimento sustentável; saberes locais; justiça social; políticas públicas.

Abstract

This article discusses the relevance of anthropology as a critical and proactive tool in the construction of sustainable and inclusive economic development models. Based on an interdisciplinary theoretical-methodological approach, grounded in classical and contemporary authors from anthropology and the social sciences, it argues that development should be understood as a plural, relational, and culturally situated process. The contributions of anthropology are analyzed in various contexts, such as Indigenous communities, marginalized urban populations, and territories affected by large-scale economic projects, highlighting its role in conflict mediation, public policy formulation, and the appreciation of local knowledge. Additionally, the main challenges faced by anthropology in this field are discussed, including the hegemony of economic paradigms and institutional resistance to community participation. Finally, the article outlines future perspectives for anthropology applied to development, emphasizing its potential to promote social justice, epistemic equity, and sustainability.

Keywords: economic anthropology; sustainable development; local knowledge; social justice; public policies.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre o desenvolvimento econômico tem se ampliado para além dos tradicionais indicadores quantitativos, como o Produto Interno Bruto (PIB), taxa de crescimento e renda “per capita”. Esse alargamento de perspectiva busca compreender como fatores culturais, sociais, históricos e simbólicos influenciam diretamente os processos econômicos, revelando que o desenvolvimento não é uma categoria neutra, homogênea ou universal.

Nesse contexto, a Antropologia se destaca como uma ciência fundamental para a análise crítica e construtiva do desenvolvimento, oferecendo técnicas epistêmicas metodológicas que permitem compreender a economia como prática cultural e socialmente situada.

A economia, muitas vezes tratada como um campo objetivo e regido por leis universais, tende a desconsiderar a diversidade cultural e a complexidade dos modos de vida locais. A racionalidade econômica ocidental, baseada na maximização do lucro, no individualismo e na lógica mercantil, não é aplicável a todas as sociedades de forma uniforme.

Como demonstram diversos estudos antropológicos, muitas comunidades organizam suas relações econômicas a partir de valores como reciprocidade, solidariedade, parentesco e simbologia. Tais aspectos desafiam os modelos tradicionais de desenvolvimento e exigem abordagens mais sensíveis à diversidade cultural. É nesse ponto que a antropologia contribui, oferecendo uma compreensão ampliada e contextualizada das práticas econômicas.

A Antropologia Econômica, ramo específico da disciplina, dedica-se justamente à análise das formas pelas quais os grupos sociais produzem, distribuem, consomem e atribuem significado aos bens e serviços. Desde os clássicos estudos de Marcel Mauss sobre a dádiva, passando pelas reflexões de Karl Polanyi sobre a economia como instituição social, até os estudos contemporâneos sobre economia informal, cooperativismo e práticas sustentáveis, a antropologia tem demonstrado que a economia é uma construção social e que, portanto, seu desenvolvimento depende do respeito às particularidades de cada contexto.

No âmbito das políticas públicas, a presença de antropólogos tem se tornado cada vez mais relevante em programas de desenvolvimento sustentável, gestão de territórios indígenas e tradicionais, reassentamentos urbanos e rurais, entre outras iniciativas. Isso porque o olhar antropológico é capaz de identificar dinâmicas sociais invisíveis aos olhos das abordagens puramente econômicas.

A escuta ativa, a observação participante e a valorização dos saberes locais

são elementos centrais para que projetos de desenvolvimento sejam efetivos, legítimos e sustentáveis a longo prazo.

Ademais disso, o desenvolvimento econômico pensado de forma sensível à diversidade cultural pode evitar conflitos sociais, promover inclusão e gerar alternativas mais justas e equilibradas de crescimento.

Destarte, a “performance” conjunta entre Antropologia e Economia pode, por exemplo, favorecer o fortalecimento de economias comunitárias, solidárias e circulares, respeitando os modos de vida tradicionais e promovendo a autonomia dos povos. Isso é particularmente importante em regiões marcadas por desigualdades históricas, como é o caso de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que frequentemente são excluídas dos modelos hegemônicos de desenvolvimento.

Este artigo colima discutir a contribuição da antropologia para o desenvolvimento econômico, evidenciando como o conhecimento antropológico pode enriquecer as análises, formulações e práticas voltadas para o crescimento sustentável e inclusivo.

A partir de uma revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos da antropologia econômica, busca-se refletir sobre as possibilidades de diálogo interdisciplinar entre Antropologia e Economia, considerando seus desafios, potencialidades e impactos na sociedade.

A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, com ênfase na revisão teórica e crítica da literatura especializada. O artigo está organizado da seguinte maneira: na próxima seção, apresenta-se um panorama conceitual da antropologia e suas aproximações com as dinâmicas culturais que influenciam os processos econômicos.

Em seguida, discute-se como as práticas econômicas são moldadas por valores e relações sociais específicas, por meio de exemplos empíricos e estudos de caso. A quarta seção explora as contribuições concretas da antropologia para políticas de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Por final, apresenta-se uma reflexão crítica sobre os desafios e perspectivas futuras dessa articulação entre saberes.

Ao propor esse diálogo entre antropologia e economia, este trabalho reafirma a importância de abordagens interdisciplinares e participativas na construção de modelos de desenvolvimento mais justos, eficazes e culturalmente enraizados.

Em última análise, o verídico desenvolvimento não pode ser medido apenas por números, mas também pela capacidade de respeitar e valorizar a pluralidade dos modos de viver, produzir e conviver no mundo contemporâneo.

2 A ANTROPOLOGIA E A COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS CULTURAIS

A Antropologia, enquanto ciência que estuda o ser humano em sua diversidade cultural, histórica e social, fornece ferramentas analíticas fundamentais para compreender a complexidade dos processos econômicos. Longe de reduzir a economia à lógica da racionalidade instrumental e da maximização do lucro, a Antropologia revela que as práticas econômicas estão profundamente imbricadas em sistemas de valores, simbolismos, redes sociais e estruturas de poder específicas de cada contexto.

Isso implica reconhecer que não existe uma única racionalidade econômica, mas múltiplas formas de organizar, produzir, distribuir e consumir bens, todas elas enraizadas em matrizes culturais distintas.

O contributo clássico de Mauss (2003) em *Ensaio sobre a dádiva* é um marco fundamental nesse debate. Mauss demonstrou, com base em estudos etnográficos de sociedades polinésias e ameríndias, que a troca de bens não se restringe ao aspecto material, mas carrega significados simbólicos profundos, envolvendo obrigações de dar, receber e retribuir. O sistema da dádiva mostra que as trocas econômicas são também trocas sociais, que criam e mantêm vínculos, alianças e status.

Para o pensador, na realidade, não existem, nem jamais existiram, no sentido estrito, contratos puramente econômicos, ou, melhor, atos que somente envolvam o indivíduo e as coisas.

De sua parte, Polanyi (2000) argumenta que a economia capitalista é uma construção histórica e institucional, e não um dado natural da sociedade. Polanyi destaca que, em diversas formações sociais, a economia é “embedded”, ou seja, está incrustada nas relações sociais, políticas e culturais.

Ao contrário da dissociação moderna entre economia e sociedade, ele afirma que, nas sociedades tradicionais, as atividades econômicas são reguladas por normas sociais, como a reciprocidade e a redistribuição, e não por mecanismos autor-reguladores de mercado. Nesse sentido, a economia deve ser compreendida como uma instituição cultural, cuja lógica é determinada pelo contexto em que se insere.

Geertz (2008) reforça essa perspectiva ao defender que as práticas econômicas não podem ser analisadas sem levar em consideração os significados que os atores sociais atribuem às suas ações. Em seu estudo sobre bazares marroquinos, Geertz observa que o comportamento econômico está fortemente ligado às estruturas de confiança, reputação e redes sociais.

Ele propõe uma antropologia interpretativa, na qual compreender a economia exige interpretar os sistemas simbólicos locais. Como ele afirma, os homens

são animais amarrados a teias de significados que eles mesmos teceram.

A partir dessas contribuições clássicas, os estudos antropológicos contemporâneos têm avançado na análise de fenômenos econômicos diversos, como a economia informal, o trabalho precário, os mercados de afetos, a financeirização da vida cotidiana e os impactos das tecnologias digitais nas relações econômicas.

Pensadores como Keith Hart, Caroline Humphrey, Daniel Miller e Verónica Gago têm contribuído para ampliar o escopo da antropologia econômica, incluindo temas como gênero, consumo, territorialidade, poder e resistência nos estudos sobre economia.

À guisa de exemplo, Hart (2010) introduziu o conceito de “economia informal” para descrever práticas econômicas que escapam à regulação estatal e à formalização jurídica, mas que são centrais na sobrevivência de milhões de pessoas. Humphrey (2018), por sua vez, analisou a circulação de bens e valores em contextos pós-socialistas, mostrando a coexistência de múltiplos regimes econômicos num mesmo espaço.

De outro vértice, Miller (2012) tem explorado as formas como o consumo digital e os usos do dinheiro moldam identidades sociais contemporâneas.

Verónica Gago (2017), por final, propõe o conceito de “feminismo popular” para pensar as economias insurgentes nas periferias urbanas latino-americanas, evidenciando o protagonismo das mulheres em formas alternativas de produção e cuidado.

Esses estudos evidenciam que a antropologia não apenas contribui para uma crítica dos modelos econômicos hegemônicos, mas também oferece subsídios concretos para a formulação de políticas públicas mais sensíveis à diversidade social e cultural. Compreender as dinâmicas culturais que atravessam a economia permite evitar generalizações equivocadas, propor alternativas mais justas e promover o desenvolvimento com base na escuta e no respeito às populações envolvidas.

Destarte, a Antropologia econômica reafirma sua importância na construção de um paradigma de desenvolvimento plural, sustentável e enraizado nas realidades locais.

3 ECONOMIA E CULTURA: DIÁLOGO ENTRE SABERES

A ideia de que economia e cultura pertencem a esferas separadas da vida social foi amplamente difundida pelas teorias econômicas clássicas. Os modelos como o do “*homo economicus*”, presente nas formulações liberais de Adam Smith e posteriormente retomado por teóricos neoclássicos, pressupõem um agente racional, autônomo e universal, movido exclusivamente por interesses individuais e

pela maximização de utilidades (Sen, 2000).

Contudo, essa visão foi amplamente contestada por diversas correntes das ciências humanas, especialmente pela antropologia, que evidencia como o comportamento econômico é influenciado por padrões culturais, normas sociais, valores simbólicos e contextos históricos.

Na práxis, a separação rígida entre economia e cultura se mostra insustentável. Estudos etnográficos demonstram que os agentes econômicos agem a partir de estruturas de significados, crenças e pertencimentos coletivos, os quais orientam suas decisões sobre produção, consumo, circulação e acúmulo de bens.

Tal como assinala Gudeman (2001), a economia é uma construção cultural, e suas formas variam de acordo com o modo como as comunidades concebem a relação entre pessoas, bens e valores, assim sendo, implica reconhecer que não há apenas uma economia, mas múltiplas formas de organizar a vida econômica, todas atravessadas por elementos culturais.

O colóquio entre Antropologia e Economia permite entender que as práticas econômicas são também práticas sociais. Um exemplo clássico é o sistema de reciprocidade nas comunidades andinas e amazônicas, em que a troca de bens entre famílias ou grupos não visa exclusivamente à eficiência produtiva, mas à manutenção das redes de solidariedade e prestígio social.

Conforme Lima (1999), em muitas comunidades indígenas brasileiras, os sistemas produtivos estão vinculados a concepções cosmológicas, rituais e modos de vida que desafiam as categorias convencionais de trabalho, propriedade ou lucro. Assim, impor modelos de desenvolvimento baseados em parâmetros ocidentais e capitalistas, sem considerar tais elementos, pode resultar em fracassos operacionais e conflitos sociais.

Outro contributo importante da antropologia está na análise de práticas econômicas informais e híbridas que desafiam a dicotomia entre o “moderno” e o “tradicional”. Estudos sobre feiras livres, mercados populares, cooperativas, bancos comunitários e redes de trocas mostram como a cultura influencia a organização econômica de maneira dinâmica. Esses espaços, muitas vezes marginalizados pelas análises econômicas formais, são fundamentais para a sobrevivência e autonomia de milhões de pessoas, sobretudo em contextos urbanos periféricos (Martins, 2018).

Nesse sentido, a economia solidária surge como um campo fértil de diálogo entre saberes tradicionais e propostas de organização econômica mais justas. De acordo com Singer (2002), as iniciativas de economia solidária baseiam-se em valores como cooperação, autogestão e sustentabilidade, sendo fortemente influenciadas por princípios culturais e éticos das comunidades envolvidas. Tais formas

de organização econômica são não apenas estratégias de resistência ao desemprego ou à precarização do trabalho, mas também expressões de formas de vida alternativas ao modelo capitalista hegemônico.

A perspectiva antropológica também contribui para uma compreensão mais rica da noção de valor. Enquanto a economia convencional tende a associar valor a preços de mercado, a antropologia revela que o valor pode ser definido por critérios simbólicos, afetivos e relacionais.

Como aponta Graeber (2011), o valor não é apenas uma medida quantitativa, mas uma expressão do que as pessoas consideram importante em suas vidas. A análise antropológica do valor permite entender, em exemplo, por que determinados bens ou práticas são altamente valorizados em determinadas culturas, mesmo que não tenham grande expressão monetária.

Ao integrar a dimensão cultural à análise econômica, a antropologia também oferece subsídios valiosos para políticas públicas. Projetos de desenvolvimento que ignoram os sistemas culturais locais frequentemente fracassam por não dialogarem com os saberes e as práticas das populações envolvidas. A presença de antropólogos em equipes multidisciplinares tem se mostrado eficaz para identificar demandas reais, propor soluções participativas e garantir a sustentabilidade sociocultural das ações.

Como destacam Escobar (2005) e Little (2002), um desenvolvimento economicamente eficaz precisa ser, antes de tudo, culturalmente informado.

Por conseguinte, compreende-se que o diálogo entre economia e cultura não deve ser visto como uma simples “adaptação” das políticas econômicas à realidade social, mas como um processo de construção conjunta de alternativas plurais e sensíveis à diversidade. Isso implica abandonar o universalismo das soluções tecnocráticas e apostar em abordagens situadas, interdisciplinares e participativas.

A Antropologia, ao valorizar a escuta, a etnografia e a compreensão do outro, mostra-se essencial para esse processo, contribuindo para modelos de desenvolvimento mais justos, sustentáveis e humanizados.

4 CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

O desenvolvimento sustentável e inclusivo, tal como preconizado por organizações internacionais e por um crescente conjunto de estudos acadêmicos, demanda a integração de fatores ambientais, econômicos, sociais e culturais. Contu-

do, muitas políticas de desenvolvimento ainda operam com base em uma visão homogeneizante e economicista, que prioriza indicadores quantitativos e ignora a complexidade sociocultural dos territórios nos quais são aplicadas.

Nesse cenário, a Antropologia emerge como uma ciência estratégica, pois oferece métodos e saberes voltados à compreensão das especificidades locais, dos modos de vida diversos e das dinâmicas sociais invisibilizadas por modelos de planejamento convencionais.

A perspectiva antropológica permite que o desenvolvimento seja pensado não apenas como crescimento econômico, mas como ampliação das capacidades das pessoas viverem conforme seus próprios valores, saberes e modos de existência. Como enfatiza Sen (2000, p. 37), o desenvolvimento deve ser entendido como “um processo de expansão das liberdades reais das pessoas”, o que exige considerar os contextos socioculturais nos quais essas pessoas estão inseridas.

Nesse sentido, o papel do antropólogo nos projetos de desenvolvimento ultrapassa a função de mediador cultural, atuando como agente crítico e reflexivo, capaz de questionar as premissas do próprio projeto de intervenção.

Um exemplo emblemático dessa “performance” encontra-se nos estudos sobre desenvolvimento em comunidades indígenas e tradicionais. Diversos projetos de infraestrutura, como barragens, rodovias ou mineração, historicamente desconsideraram os modos de vida e os direitos territoriais dessas populações, resultando em deslocamentos forçados, perda de referências culturais e rupturas nas redes de solidariedade.

Estudos como os de Albert (2000) e Athayde et al. (2013) revelam que intervenções desinformadas sobre a cosmovisão indígena e suas práticas socioeconômicas tendem a gerar impactos negativos irreversíveis, não apenas ambientais, mas também culturais e subjetivos.

O contributo antropológico nesse campo tem se dado por meio de estudos de impacto sociocultural, consultorias técnicas, atuação em comissões intersetoriais e, sobretudo, pela construção de metodologias participativas que colocam as comunidades como protagonistas no processo de desenvolvimento. Como destaca Little (2002), o conceito de territorialidade — amplamente debatido na antropologia — é essencial para compreender como os povos tradicionais organizam sua relação com o espaço, os recursos naturais e os ciclos produtivos.

Essa compreensão é indispensável para a formulação de políticas públicas que respeitem os direitos diferenciados dessas populações, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e em tratados internacionais como a Convenção 169 da OIT.

Ademais do contexto indígena, a Antropologia tem se destacado em projetos

voltados ao desenvolvimento urbano sustentável, especialmente em regiões periféricas. A atuação de antropólogos em favelas, ocupações urbanas e comunidades marginalizadas tem permitido visibilizar formas de economia solidária, redes de cuidado, estratégias de sobrevivência e dinâmicas de resistência que são fundamentais para a coesão social.

Conforme observa Abramovay (2010), iniciativas de desenvolvimento urbano bem-sucedidas são aquelas que reconhecem a “infraestrutura social” dos territórios, isto é, as relações interpessoais, afetivas e organizacionais que sustentam a vida cotidiana em contextos de vulnerabilidade.

Outrossim, a Antropologia contribui para o âmbito da economia do cuidado, ao demonstrar que o trabalho reprodutivo — geralmente realizado por mulheres, em especial mulheres negras e periféricas — é central para o funcionamento da economia, embora historicamente invisibilizado pelas estatísticas oficiais.

Federici (2017) e Gago (2017) argumentam que o cuidado não é apenas uma prática doméstica, mas uma dimensão política e econômica essencial para pensar o desenvolvimento de forma justa e inclusiva. O reconhecimento e a valorização dessas práticas, bem como a formulação de políticas públicas que as apoiem, passam necessariamente pela escuta etnográfica e pela valorização dos saberes locais.

Outro campo de aplicação relevante é o desenvolvimento sustentável em territórios amazônicos, onde a atuação antropológica tem sido fundamental para a mediação de conflitos socioambientais e a construção de alternativas baseadas no conhecimento tradicional. Programas como o manejo florestal comunitário, o extrativismo sustentável e as cadeias produtivas da sociobiodiversidade só alcançam resultados positivos quando baseados em processos participativos e culturalmente informados (Oliveira; Cunha, 2018).

O conceito de etnodesenvolvimento, formulado por autores como Darcy Ribeiro e posteriormente desenvolvido por Bonfim e Pantoja (2014), reforça a ideia de que o verdadeiro desenvolvimento é aquele que respeita as identidades culturais e fortalece a autonomia das comunidades.

Importa ressaltar que a metodologia antropológica, especialmente a etnografia, permite acessar dimensões do social que são frequentemente negligenciadas pelos métodos quantitativos. A escuta atenta, a convivência prolongada e a construção de vínculos com os interlocutores favorecem a produção de diagnósticos mais precisos, sensíveis e situados. Esses dados são valiosos não apenas para os pesquisadores, mas também para gestores públicos, planejadores e formuladores de políticas públicas.

Como destaca Carneiro da Cunha (2009), o conhecimento antropológico tem um papel político, no sentido de contribuir para o reconhecimento e a efetivação

de direitos coletivos.

Gago (2017) observa que a antropologia oferece ao desenvolvimento econômico uma lente crítica e humanizadora, que desloca o foco da eficiência e do lucro para a justiça social, a equidade e o respeito à diversidade. Suas contribuições não se limitam ao campo teórico, mas se concretizam em práticas profissionais que fortalecem a inclusão, a sustentabilidade e a participação social.

Nesse processo, o diálogo entre antropólogos, economistas, gestores públicos e comunidades é essencial para a construção de alternativas plurais e democráticas de desenvolvimento.

Por conseguinte, de acordo com Little (2002), ao integrar os saberes da antropologia nos projetos de desenvolvimento, é possível conceber políticas mais eficazes, legítimas e comprometidas com o bem-estar coletivo. Trata-se de uma tarefa urgente diante dos desafios globais contemporâneos, como as desigualdades sociais, as mudanças climáticas e os processos de exclusão; de modo que reconhecer a centralidade da cultura no desenvolvimento econômico é, em última instância, reconhecer a humanidade como plural, relacional e interdependente.

A incorporação da Antropologia como instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo representa um avanço teórico e prático nas ciências sociais aplicadas.

No entanto, sua efetivação enfrenta inúmeros desafios. Tais obstáculos não se limitam às barreiras epistemológicas entre os saberes científicos e os conhecimentos tradicionais, mas abrangem também dificuldades institucionais, políticas e metodológicas, que precisam ser enfrentadas para que a antropologia possa ampliar sua contribuição em processos de desenvolvimento cada vez mais complexos e interdependentes.

Um dos precípuos reptos diz respeito à persistente hegemonia do modelo economicista, que continua orientando grande parte das políticas públicas e das estratégias de desenvolvimento.

Posto que diante do esgotamento ambiental e social desse paradigma, como apontado por autores como Latour (2019), ainda prevalece uma lógica de crescimento centrada na acumulação de capital e na exploração de recursos naturais. Essa racionalidade instrumental tende a reduzir os sujeitos sociais a dados estatísticos e a ignorar os fatores culturais, históricos e simbólicos que moldam suas formas de vida.

A Antropologia, ao defender uma abordagem contextualizada, enfrenta o desafio de disputar espaços decisórios muitas vezes dominados por saberes tecnocráticos e homogêneos.

Outro entrave refere-se ao risco de instrumentalização da Antropologia no

interior de programas de desenvolvimento. Como alerta Oliveira (2016), há situações em que a presença do antropólogo é requisitada apenas para legitimar projetos previamente elaborados, sem que haja abertura para a escuta real das populações envolvidas ou para a reconfiguração das estratégias de intervenção.

Nesses casos, o conhecimento antropológico é esvaziado de seu potencial crítico e transformador, reduzido a uma função meramente consultiva. Superar essa limitação requer uma postura ética e política comprometida com a autonomia dos sujeitos e com a construção de processos participativos genuínos.

As disputas por território e os conflitos socioambientais constituem outro grande desafio contemporâneo. O avanço de megaprojetos de infraestrutura, mineração e agronegócio em áreas habitadas por povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outras populações tradicionais têm gerado situações de violência, deslocamento forçado e degradação ecológica.

A “performance” antropológica nesse campo exige não apenas habilidades técnicas, como a elaboração de laudos e relatórios de impacto, mas também uma postura de defesa dos direitos coletivos e do bem viver (Acselrad, 2004).

Em contextos de crescente criminalização dos defensores de direitos humanos e do meio ambiente, os antropólogos também se veem vulneráveis e pressionados a atuarem com cautela e firmeza.

Do ponto de vista metodológico, as transformações sociais, tecnológicas e ambientais colocam novos desafios à etnografia, método clássico da antropologia. A mobilidade das populações, a multiplicidade de identidades, o uso de tecnologias digitais e a complexidade das redes sociais exigem abordagens flexíveis e inovadoras.

Como observa Hine (2015), o campo etnográfico não é mais um espaço fixo e delimitado, mas um conjunto de conexões fluidas e múltiplas, que demanda novas formas de observação e registro. A antropologia do futuro precisa estar preparada para investigar fenômenos híbridos e interescares, sem perder o compromisso com a escuta e com a densidade descritiva.

Conquanto os reptos, há também perspectivas promissoras. A valorização de abordagens interdisciplinares e transdisciplinares, cada vez mais reconhecidas em espaços acadêmicos e institucionais, cria condições para que a antropologia contribua de forma decisiva na formulação de políticas públicas, no planejamento territorial e na avaliação de impactos socioculturais.

O diálogo com áreas como economia ecológica, agroecologia, planejamento urbano e saúde coletiva tem se mostrado frutífero na construção de soluções integradas e culturalmente adequadas (Escobar, 2005).

Ademais disso, o fortalecimento de movimentos sociais e de iniciativas de

base comunitária representa uma oportunidade para a antropologia atuar de forma colaborativa, contribuindo para a sistematização de experiências, a valorização de saberes locais e o empoderamento de grupos historicamente marginalizados.

A emergência de epistemologias do Sul, como propõe Santos (2010), aponta para a necessidade de reconhecer e dialogar com formas de conhecimento não ocidentais, pluriversas e enraizadas em outros modos de vida. Nesse sentido, a antropologia pode desempenhar um papel central na construção de alternativas de desenvolvimento baseadas na justiça cognitiva e na equidade epistêmica.

Como ressalta Ribeiro (2014), faz-se mister formar antropólogos comprometidos com a transformação social e capazes de construir pontes entre mundos distintos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta discussão revelou a importância estratégica da antropologia para os estudos e práticas de desenvolvimento econômico, especialmente quando se considera a complexidade sociocultural dos contextos nos quais essas iniciativas são implementadas. Ao desafiar visões reducionistas que privilegiam exclusivamente os indicadores econômicos, a antropologia propõe uma abordagem mais ampla, que incorpora dimensões culturais, simbólicas, históricas e subjetivas como elementos centrais no planejamento e na execução de políticas públicas.

O desenvolvimento, assim concebido, passa a ser compreendido como um processo situado, relacional e necessariamente plural.

Por meio da etnografia e de métodos participativos, a antropologia oferece diagnósticos mais sensíveis e contextualizados, essenciais para o enfrentamento de desafios contemporâneos como desigualdade social, exclusão, conflitos territoriais e degradação ambiental. Ao colocar em evidência as vozes e saberes de comunidades tradicionalmente marginalizadas, ela atua na construção de soluções coletivas, respeitadas e sustentáveis. Nesse processo, a atuação do antropólogo deixa de ser apenas técnica para tornar-se ética e política, alinhada ao compromisso com os direitos humanos, a justiça social e a equidade epistêmica.

Contudo, malgrado os avanços, a integração da antropologia ao campo do desenvolvimento ainda enfrenta entraves significativos, como a hegemonia de paradigmas economicistas, a resistência institucional à participação comunitária e a frequente instrumentalização de saberes antropológicos em prol de projetos já definidos.

Superar esses obstáculos requer não apenas mudanças nas estruturas decisórias, mas também o fortalecimento do papel da antropologia pública, crítica e

engajada na formulação de políticas.

As perspectivas futuras são promissoras, especialmente diante da crescente valorização de abordagens interdisciplinares, da emergência das epistemologias do Sul e do fortalecimento de movimentos sociais e saberes locais. A antropologia tem papel fundamental na mediação entre diferentes racionalidades e na produção de conhecimentos orientados à transformação social. Sua contribuição não reside apenas em interpretar realidades, mas em colaborar para a construção de alternativas plurais ao desenvolvimento, que valorizem a diversidade cultural e promovam formas mais justas de convivência e produção.

Em epítome, conclui-se que a antropologia é indispensável para um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, que considere a diversidade dos modos de vida, promova a justiça social e respeite os limites ecológicos do planeta.

Por final, o seu potencial transformador reside justamente em sua capacidade de construir pontes entre mundos distintos, ampliando os horizontes do que se entende por desenvolvimento e incluindo, nesse processo, os saberes e experiências dos sujeitos historicamente silenciados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Além do mercado: cidadania, conhecimento e cultura no desenvolvimento*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- ACSELRAD, Henri. *Discursos da sustentabilidade urbana*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004.
- ALBERT, Bruce. *Tempo e território nas cosmologias ameríndias*. Mana, v. 6, n. 1, p. 7-33, 2000.
- ATHAYDE, Simone F.; SILVA-LUGO, Juliana; SILVEIRA, Silvana. Interculturalidade e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: lições aprendidas com os povos indígenas do rio Negro. *Sustentabilidade em Debate*, v. 4, n. 2, p. 45-60, 2013.
- BONFIM, Flávio; PANTOJA, Silvia. *Etnodesenvolvimento: concepções, práticas e desafios*. Manaus: UEA Edições, 2014.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- ESCOBAR, Arturo. Poder e visibilidade: desenvolvimento e a invenção das populações do Terceiro Mundo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 2. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 397-431.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2017.

- GAGO, Verónica. *Neoliberalismo desde abajo: economía popular, vida y feminismo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GRAEBER, David. *Toward an anthropological theory of value: the false coin of our own dreams*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- GUDEMAN, Stephen. *The anthropology of economy: community, market, and culture*. Oxford: Blackwell, 2001.
- HART, Keith. Informal economy. In: HANN, Chris; HART, Keith. *Economic anthropology: history, ethnography, critique*. Cambridge: Polity Press, 2010. p. 142-164.
- HINE, Christine. *Ethnography for the Internet: embedded, embodied and everyday*. London: Bloomsbury, 2015.
- HUMPHREY, Caroline. *The unmaking of Soviet life: everyday economies after socialism*. Ithaca: Cornell University Press, 2018.
- LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno*. São Paulo: Beco do Azougue, 2019.
- LIMA, Tânia Stolze. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. *Mana*, v. 4, n. 2, p. 21-47, 1998.
- LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MILLER, Daniel. *Consumption and its consequences*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: povos indígenas e o Estado nacional*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Enciclopédia dos povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2018.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologia e política: desafios da prática antropológica em contextos interculturais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 42, p. 15-39, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul: justiça contra o epistemicídio*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

3

INTRODUÇÃO À
ANTROPOLOGIA ECONÔMICA



Em primeiro lugar, a Antropologia Econômica se configura em subárea de estudos que emerge na confluência entre a Antropologia e a Economia, oferecendo uma abordagem crítica e contextualizada das práticas econômicas dentro das sociedades humanas.

Diferentemente da economia clássica, que tende a modelar comportamentos a partir de pressupostos universalizantes como a racionalidade do “homo economicus”, a Antropologia Econômica volta-se para as formas pelas quais diferentes culturas organizam, percebem e vivenciam os processos de produção, troca, consumo e distribuição de bens.

Nesse sentido, ela se distancia das abstrações teóricas da economia neoclássica e privilegia uma compreensão empírica e situada da vida econômica, reconhecendo que as práticas materiais estão profundamente enraizadas em sistemas simbólicos, relações sociais e normas culturais.

Destarte, a origem da Antropologia Econômica remonta às primeiras décadas do século XX, com contribuições marcantes de autores como Bronislaw Malinowski e Marcel Mauss. Malinowski, por meio de seu trabalho de campo nas Ilhas Trobriand, revelou que a troca de colares e braceletes entre os nativos (o sistema Kula) não seguia uma lógica de maximização de lucros, mas sim uma lógica simbólica e social, voltada à construção de alianças e à manutenção do prestígio.

Já Marcel Mauss, em sua obra “Ensaio sobre a Dádiva”, desafiou as ideias liberais sobre o mercado ao demonstrar que, em muitas sociedades, a troca não é apenas econômica, mas também moral, política e religiosa.

Esses estudos inauguraram uma tradição antropológica que busca compreender a economia não como uma esfera separada da vida social, mas como uma dimensão intrinsecamente interligada a outros aspectos da existência humana.

Por conseguinte, ao longo do século XX, a Antropologia Econômica desenvolveu-se em meio a debates intensos, sobretudo entre duas grandes correntes: substantivistas e formalistas. Os formalistas, influenciados pela economia clássica, argumentavam que os conceitos econômicos, como escassez, escolham e racionalidade, podiam ser aplicadas universalmente a todas as sociedades.

Já os substantivistas, com destaque para Karl Polanyi, sustentavam que a economia, em contextos não ocidentais, deveria ser entendida em seus próprios termos culturais, uma vez que os mecanismos de integração econômica — como a reciprocidade, a redistribuição e o mercado — variam amplamente conforme o contexto histórico e social. Polanyi enfatizou que o mercado autorregulado é uma construção histórica específica do capitalismo moderno, e que, em muitas sociedades, os vínculos sociais e as instituições tradicionais moldam de forma determinante o comportamento econômico.

Destarte, nos dias atuais, a Antropologia Econômica expandiu seu escopo para abarcar uma ampla gama de temas contemporâneos, como o neoliberalismo, o consumo global, as economias informais, o trabalho digital, o endividamento e a financeirização da vida cotidiana. Antropólogos têm investigado como o capitalismo se manifesta em contextos locais, como é apropriado, resistido ou reinterpretado por diferentes populações.

À guisa de exemplo, o conceito de “moralidades econômicas”, por exemplo, tem ganhado destaque ao reconhecer que as decisões econômicas são permeadas por valores éticos, afetos e obrigações sociais. Um exemplo significativo disso é o trabalho de Viviana Zelizer, que demonstrou como as pessoas não apenas se submetem às lógicas do mercado, mas as negociam, adaptam e ressignificam com base em suas relações pessoais e compromissos afetivos.

A pesquisa antropológica também tem iluminado práticas econômicas que desafiam as categorias tradicionais da economia ocidental. Experiências como moedas sociais, bancos comunitários, economias solidárias e práticas de mutualismo revelam a diversidade de formas econômicas que coexistem com o capitalismo.

Essas experiências, muitas vezes marginalizadas pelos modelos macroeconômicos tradicionais, demonstram que há uma multiplicidade de formas de organizar a vida material, e que o mercado capitalista não é nem natural nem inevitável. A Antropologia Econômica, nesse sentido, atua como uma ferramenta crítica de desnaturalização das estruturas econômicas dominantes, ao mesmo tempo em que aponta para possibilidades alternativas e plurais de convivência econômica.

Outro ponto central da Antropologia Econômica contemporânea é a análise das intersecções entre economia, poder e desigualdade. Estudos recentes têm investigado como as transformações econômicas globais afetam desigualmente grupos sociais, intensificando vulnerabilidades de gênero, classe, raça e etnia.

A crítica ao desenvolvimento, por exemplo, mostra como muitas iniciativas econômicas, ainda que travestidas de neutralidade técnica, carregam interesses políticos e perpetuam relações coloniais. Antropólogos têm mostrado como discursos sobre empreendedorismo, meritocracia e mobilidade social são mobilizadas para justificar a precarização do labor e o desmonte de direitos sociais, sobretudo em países periféricos.

Destarte, a Antropologia Econômica se posiciona como um campo comprometido com a justiça social, capaz de revelar as contradições e tensões do mundo econômico contemporâneo.

Em última análise, cumpre destacar que a Antropologia Econômica nos convida a repensar o próprio conceito de economia. Ao invés de reduzi-la a uma ciência da escassez ou ao estudo do mercado, ela propõe vê-la como um fenômeno

social e cultural, cuja forma e conteúdo variam historicamente.

Tal perspectiva exige uma abertura epistemológica e metodológica, que valorize o trabalho de campo, a escuta etnográfica e a análise das experiências concretas das pessoas em suas interações cotidianas com o mundo material. A economia, longe de ser uma esfera isolada, é vivida, interpretada e negociada nas relações sociais, nas práticas culturais e nos discursos políticos.

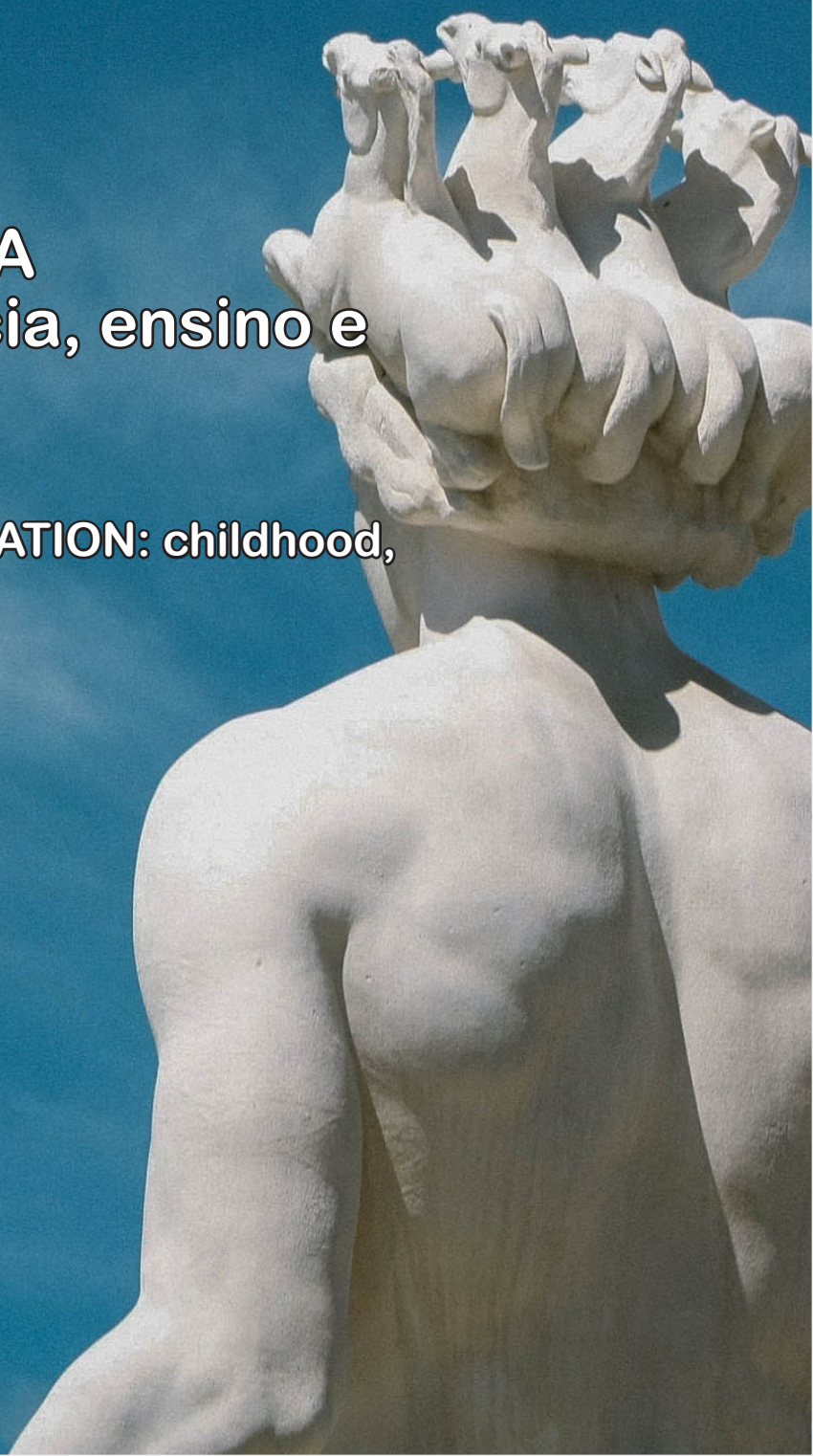
Em epítome, a Antropologia Econômica constitui-se em campo fundamental para a compreensão crítica das dinâmicas econômicas em sua pluralidade. Ao desafiar as premissas da racionalidade universal e ao revelar a diversidade de formas de organizar a vida material, ela amplia nossa capacidade de imaginar futuros econômicos mais justos, inclusivos e sustentáveis.

Por final, em um mundo cada vez mais marcado por crises econômicas, desigualdades crescentes e transformações tecnológicas aceleradas, essa abordagem torna-se não apenas relevante, mas urgente.

4

**ANTROPOLOGIA DA
EDUCAÇÃO: infância, ensino e
cultura**

**ANTHROPOLOGY OF EDUCATION: childhood,
teaching and culture**



Resumo

A educação, como prática cultural, desempenha um papel fundamental na preservação e transmissão de saberes e tradições, sendo crucial para a continuidade das identidades culturais das comunidades. Este estudo investiga a relação entre antropologia, educação, infância e cultura, abordando como a prática educativa reflete, preserva e transforma valores culturais. A metodologia adotada para este trabalho baseou-se em uma revisão bibliográfica qualitativa, com a análise de obras de autores como Paulo Freire, Clifford Geertz e Stuart Hall, que discutem a relação entre educação, cultura e identidade. Os resultados apresentam uma compreensão teórica sobre como a antropologia da educação, enquanto campo de discussão, envolve os elementos da infância, do ensino e da cultura a partir de diferentes perspectivas etnográficas, sociais e epistemológicas. No que concerne suas relações, observa-se que há interfaces que relacionam a infância, o ensino e a cultura em seu aspecto de educação manifestada pela educação formal e informal, de modo que as práticas educativas, os professores e mediadores surgem como atores que influenciam diretamente nessa construção. Por fim, concluiu-se que as interações entre a infância, o ensino e a cultura estão atrelados a todo o contexto etnográfico, nos quais essas relações estão interconectadas desde a formação da criança na escola até a construção da sua identidade cultural e social durante a sua vida.

Palavras-chave: antropologia da educação; infância; cultura; ensino.

Abstract

Education, as a cultural practice, plays a fundamental role in the preservation and transmission of knowledge and traditions, and is crucial to the continuity of communities' cultural identities. This study investigates the relationship between anthropology, education, childhood and culture, looking at how educational practice reflects, preserves and transforms cultural values. The methodology adopted for this work was based on a qualitative bibliographical review, analyzing works by authors such as Paulo Freire, Clifford Geertz and Stuart Hall, who discuss the relationship between education, culture and identity. The results provide a theoretical understanding of how the anthropology of education, as a field of discussion, involves the elements of childhood, teaching and culture from different ethnographic, social and epistemological perspectives. With regard to their relationships, it was observed that there are interfaces that relate childhood, teaching and culture in their aspect of education manifested by formal and informal education, so that educational practices, teachers and mediators emerge as actors who directly influence this construction. Finally, it was concluded that the interactions between childhood, teaching and culture are linked to a whole ethnographic context, in which these relationships are interconnected from the child's formation at school to the construction of their cultural and social identity throughout their lives.

Keywords: anthropology of education; childhood; culture; teaching.



1 INTRODUÇÃO

A antropologia da educação é um campo interdisciplinar que conecta as dinâmicas culturais e sociais às práticas educativas, oferecendo uma perspectiva ampliada sobre a infância, o ensino e as culturas que moldam esses processos. A educação, compreendida como prática cultural, transcende o espaço formal da sala de aula, envolvendo sistemas de valores, crenças e modos de viver que variam amplamente entre diferentes sociedades. A perspectiva antropológica permite compreender como crianças de diversas culturas internalizam normas e conhecimentos, destacando a relação intrínseca entre o ensino e a identidade cultural.

Este artigo justifica-se pela necessidade de explorar como as práticas educacionais refletem e influenciam os contextos culturais, especialmente diante dos desafios contemporâneos, como a globalização e a crescente diversidade cultural. Discutir a relação entre antropologia, educação, infância e cultura contribui para enriquecer o debate acadêmico sobre a formação de cidadãos conscientes e culturalmente sensíveis, além de fornecer subsídios para práticas pedagógicas mais inclusivas e reflexivas.

O estudo segue uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica, utilizando análises teóricas e estudos etnográficos que articulam os campos da antropologia e da educação. A metodologia inclui a revisão de obras clássicas e contemporâneas de autores como Margaret Mead, Paulo Freire e Clifford Geertz, além de percepções teóricas que ilustram a interação entre infância, ensino e cultura. A partir desse referencial, o artigo busca identificar padrões, tensões e desafios nas práticas educacionais em diferentes contextos culturais.

Assim sendo, o objetivo principal do artigo é discutir como a prática educativa reflete, preserva e transforma valores culturais. Nesse sentido, busca-se compreender a construção social da infância a partir de uma perspectiva antropológica, analisar o papel da cultura nas práticas educacionais formais e informais e refletir sobre os desafios enfrentados pela educação em um mundo caracterizado pela diversidade cultural e pela interconexão global. A análise desenvolvida neste artigo concentra-se em uma perspectiva teórica, fundamentada em reflexões baseadas em estudos históricos e contemporâneos, com a utilização de exemplos etnográficos que ilustram práticas educativas em diferentes culturas. Não se trata de um estudo empírico, mas de uma abordagem crítica que visa articular conceitos antropológicos e educacionais, com ênfase nas dinâmicas culturais que permeiam a infância e o ensino.

Dessa forma, ele está estruturado em cinco seções principais. Na introdução, apresenta-se o tema, a justificativa, a metodologia, os objetivos e a delimitação do

escopo. Em seguida, na seção de fundamentos teóricos, discute-se os conceitos-chave da antropologia da educação, da infância e da cultura. A terceira seção aborda as interfaces entre infância, ensino e cultura, com ênfase nas práticas educativas e na mediação cultural. Na quarta seção, explora-se estudos de caso e exemplos práticos que conectam antropologia e educação. Por fim, a conclusão sintetiza as reflexões apresentadas e oferece sugestões para futuras pesquisas. Essa estrutura busca guiar o leitor em uma compreensão aprofundada do papel da educação na formação cultural das sociedades e sua relevância no contexto contemporâneo.

2 ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO

A antropologia da educação é uma área de estudo interdisciplinar que investiga as relações entre práticas educativas e contextos culturais, sociais e históricos. Este campo considera a educação como uma prática essencialmente cultural, que reflete, reproduz e transforma valores, crenças e estruturas sociais. Segundo Goody (1977), a educação pode ser vista como um processo universal, mas suas manifestações são sempre culturalmente específicas. Esse olhar antropológico busca compreender a complexidade dos processos educativos em suas diversas formas, incluindo aquelas que ocorrem fora dos espaços formais de ensino.

O surgimento da antropologia da educação está ligado ao desenvolvimento da antropologia cultural e social no início do século XX, com interesse crescente em entender como diferentes sociedades transmitiam conhecimentos, normas e valores às novas gerações. Margaret Mead, uma das pioneiras no campo, foi fundamental ao explorar como os processos de socialização variavam entre diferentes culturas. Em suas obras, como *Coming of Age in Samoa* (1928), Mead (1928) demonstrou como práticas educativas moldam comportamentos, identidades e estruturas sociais, questionando pressupostos universais sobre o desenvolvimento humano.

Outro marco no campo da antropologia da educação é a contribuição de Clifford Geertz, que aprofundou o conceito de cultura como “um sistema de significados que orienta a vida em sociedade (Geertz, 1973). O autor destacou a importância de compreender as práticas educacionais a partir de suas simbologias e contextos culturais. Sua abordagem interpretativa influenciou significativamente a análise das interações pedagógicas e das formas de transmissão cultural.

No contexto latino-americano, Paulo Freire trouxe uma perspectiva única ao integrar conceitos antropológicos à prática educativa. Freire argumentava que a educação deveria ser um instrumento de emancipação social, promovendo uma “pedagogia do oprimido” baseada no diálogo e no reconhecimento das experiências culturais dos educandos. Segundo Freire (1987), a prática educativa é, em si, um ato cultural, onde educador e educando se encontram para refletir sobre

a realidade. Sua visão transformadora teve impacto global, influenciando tanto práticas pedagógicas quanto debates acadêmicos sobre a relação entre educação e cultura.

O campo também se expandiu para incluir análises etnográficas das escolas como microcosmos culturais. Alguns estudos etnográficos exploram como relações de poder, identidade e simbolismo moldam a experiência educativa. Autores como Shirley Brice Heath, em *Ways with Words* (1983), investigaram como práticas linguísticas e culturais das comunidades influenciam o desempenho educacional, revelando as desigualdades estruturais que permeiam os sistemas escolares.

Nesse sentido, observa-se que a antropologia da educação, portanto, não apenas busca descrever práticas educativas, mas também problematizá-las, considerando suas implicações sociais e culturais. Essa abordagem crítica é essencial para entender os desafios contemporâneos, como o respeito à diversidade cultural e a construção de sistemas educacionais mais inclusivos e equitativos.

3 INFÂNCIA E CULTURAL: CONSTRUÇÕES SOCIAIS

A infância, enquanto categoria social, não é uma experiência universal ou fixa, mas uma construção social que varia historicamente e culturalmente. Philippe Ariès (1981), em sua obra seminal *História Social da Criança e da Família*, demonstra que a infância, como a entendemos hoje, foi praticamente inexistente na Idade Média, sendo reconhecida apenas a partir da modernidade. Segundo o autor, as crianças eram vistas como “adultos em miniatura” e participavam precocemente do universo de responsabilidades e trabalho. Esse conceito de infância evoluiu ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas estruturas econômicas, políticas e culturais das sociedades.

A cultura atua então como um elo central na formação da identidade infantil, moldando desde cedo os valores, crenças e comportamentos das crianças. Geertz (1973) afirma que a cultura funciona como uma “teia de significados” na qual os indivíduos estão imersos, influenciando seus modos de perceber e interpretar o mundo. No contexto da infância, isso significa que as práticas de cuidado, ensino e socialização estão profundamente enraizadas nos valores culturais de cada sociedade. Por exemplo, enquanto em algumas culturas a autonomia infantil é incentivada desde cedo, em outras, o foco está na interdependência e na coletividade.

A antropologia da educação fornece uma lente para analisar como a infância é vivida e interpretada em diferentes culturas, permitindo compreender os processos sociais que conectam a criança ao seu ambiente cultural. Mead (1928) argumenta que os contextos culturais moldam significativamente as transições da in-

infância para a adolescência, destacando que as experiências de crescimento variam consideravelmente entre as sociedades. Essa perspectiva revela que a infância não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte de um sistema social e cultural mais amplo.

Além disso, a infância ocupa um papel essencial na perpetuação e transformação das culturas. Segundo Corsaro (2011), as crianças são ativamente envolvidas em processos de “reprodução interpretativa”, nos quais não apenas internalizam práticas culturais, mas também as reinterpretem, contribuindo para mudanças sociais. Esse conceito reforça a ideia de que a infância não é um estágio passivo, mas um período de intensa interação e criatividade cultural.

Desse modo, ao refletir sobre a relação entre infância e cultura, a antropologia revela a importância de considerar a diversidade de experiências infantis no mundo contemporâneo. Corsaro (2011) compreende que essa abordagem é particularmente relevante em um contexto de globalização, no qual as culturas estão cada vez mais interconectadas, mas também enfrentam desafios para preservar suas singularidades, principalmente a partir dos estudos etnográficos realizados por antropólogos que mostram que a infância é um espaço de diálogo entre tradição e modernidade, no qual as crianças participam tanto da manutenção de valores culturais quanto da adaptação a novas realidades.

Dessa forma, o conceito de infância e sua relação com a cultura continuam sendo um campo fértil para investigações antropológicas, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos processos sociais que moldam as sociedades e os indivíduos.

4 A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E CULTURAL

A educação, sob a perspectiva antropológica, é amplamente compreendida como uma prática social e cultural, transcendente aos limites das instituições formais de ensino (Goés, 2012). Desde os primeiros anos de vida, os indivíduos participam de processos educativos que moldam suas identidades e os inserem nos contextos socioculturais em que vivem. Estes processos incluem tanto práticas formais, realizadas em escolas e outras instituições, quanto práticas informais, que acontecem no ambiente familiar, na comunidade ou em interações sociais cotidianas (Aries, 1981).

Na perspectiva antropológica, a educação é vista como uma ferramenta fundamental para a transmissão de valores, conhecimentos e habilidades de uma geração para outra. Geertz (1973) enfatiza que a cultura é um sistema de significados que os indivíduos aprendem ao longo de suas vidas, sendo a educação um dos

principais meios para a internalização desses significados. Enquanto a educação formal é caracterizada por estruturas sistematizadas e currículos definidos, a educação informal ocorre de maneira espontânea, frequentemente mediada por práticas tradicionais, costumes e interações sociais.

Em muitas sociedades, práticas educativas informais desempenham papel central na transmissão de saberes essenciais para a sobrevivência e o funcionamento comunitário. Por exemplo, estudos etnográficos em comunidades indígenas brasileiras demonstram como as crianças aprendem habilidades como caça, pesca e práticas agrícolas por meio da observação e participação direta no cotidiano dos adultos (Goés, 2012). O autor reitera que esses processos educativos são marcados pela imersão cultural, em que os aprendizes não apenas adquirem habilidades práticas, mas também absorvem valores e normas que estruturam a vida em comunidade.

Logo, compreende-se que a educação não é neutra; ela reflete e reforça os valores culturais predominantes de uma sociedade. Freire (2005) argumenta que toda prática educativa é uma prática política, uma vez que está intrinsecamente ligada aos interesses culturais e sociais de determinado grupo. No contexto formal, os currículos escolares são frequentemente construídos a partir de perspectivas dominantes, podendo reforçar ou desafiar desigualdades sociais.

No âmbito informal, as práticas educativas são profundamente enraizadas nos sistemas de crenças e tradições culturais. A forma como as crianças são ensinadas a se comportar, a se comunicar e a interagir com os outros está diretamente relacionada aos valores que a comunidade considera fundamentais. Mead (1970), em seus estudos antropológicos, destaca como o processo de socialização na infância é moldado pelas expectativas culturais, influenciando diretamente a forma como os indivíduos entendem o mundo e o seu papel nele.

A infância é um período crítico para a construção das bases culturais e sociais de um indivíduo, e a práxis educacional desempenha um papel central nesse processo. Sob uma perspectiva antropológica, entende-se que a infância não é apenas uma etapa biológica da vida, mas também uma construção cultural que varia amplamente entre as sociedades (Aries, 1981).

Em culturas tradicionais, por exemplo, a educação informal durante a infância frequentemente envolve a participação ativa em atividades comunitárias, o que contribui para a integração social e a formação da identidade cultural. Por outro lado, em sociedades industrializadas, de acordo com Goés (2012), o foco da educação formal durante a infância está muitas vezes voltado para o desenvolvimento de competências individuais e para a preparação para o mercado de trabalho, o que pode limitar a transmissão de valores comunitários.

Assim, a práxis educacional, seja no contexto formal ou informal, é uma força de influência na modelagem cultural. De acordo com Aries (1981) ela transmite conhecimentos técnicos, bem como estabelece os alicerces para a compreensão de normas, valores e expectativas sociais. Nesse sentido, a educação influencia profundamente a formação cultural dos indivíduos e, por extensão, a reprodução e transformação das culturas ao longo do tempo.

5 INTERFACES ENTRE INFÂNCIA, ENSINO E CULTURA: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS

A infância, compreendida como uma construção social, varia significativamente entre diferentes culturas, influenciando diretamente as práticas de educação infantil. Conforme Oliveira (2006), a antropologia da educação oferece ferramentas para analisar essas variações, destacando como os processos de ensino e aprendizagem refletem os valores, normas e tradições de cada sociedade. A educação infantil, nesse contexto, emerge como um processo formal e também como uma prática cultural que transmite saberes essenciais para a formação do indivíduo e sua integração ao meio social.

Ao comparar culturas, observa-se que as concepções de infância e as estratégias educacionais variam em função de fatores históricos, econômicos e simbólicos. Em sociedades ocidentais, por exemplo, a infância é frequentemente associada a uma fase de proteção e desenvolvimento cognitivo, com forte ênfase na escolarização formal. Por outro lado, em comunidades indígenas brasileiras, a educação infantil está profundamente enraizada na convivência coletiva, sendo marcada pela aprendizagem prática e pela transmissão oral de conhecimentos culturais. Conforme destaca Oliveira (2006), a infância indígena é vivida em constante interação com a comunidade, onde a criança aprende observando e participando das atividades dos adultos. Esse modelo reflete uma visão de educação integrada ao cotidiano e às demandas da coletividade.

Um exemplo etnográfico relevante é o estudo de Mead (1928) sobre a educação de crianças na comunidade samoana. Mead observou que, em Samoa, a educação infantil não segue um modelo formal; ao contrário, é organizada por meio de interações sociais, nas quais crianças mais velhas assumem papéis de cuidadores e transmissores de conhecimento para as mais jovens. Essa prática, conhecida como “aprendizagem por imersão,” destaca o valor do coletivo na formação das crianças e contrasta com o modelo ocidental, onde os educadores formalmente treinados desempenham papéis centrais.

Já no relato de Geertz (1973) foi compreendida sobre a educação em Bali, onde a interação cultural e religiosa influencia fortemente o processo educativo.

As crianças balinesas participam de rituais desde cedo, internalizando valores e tradições por meio de práticas simbólicas e espirituais. Nesse contexto, a educação infantil transcende o domínio do ensino técnico e cognitivo, sendo também um processo de socialização religiosa e cultural.

Pode-se depreender que esses exemplos atentam para uma compreensão de como a educação infantil, ao mesmo tempo em que molda os indivíduos, reflete as estruturas culturais e sociais de cada comunidade. Ao compreender essas diferenças, é possível problematizar práticas pedagógicas universalistas que desconsideram as especificidades culturais. Como argumenta Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade, respeitando os contextos e promovendo a autonomia do sujeito enquanto membro de sua cultura.

Portanto, as interfaces entre infância, ensino e cultura evidenciam a necessidade de uma abordagem educacional que seja sensível à diversidade cultural e que valorize as práticas locais. Goés (2012) afirma então que a construção cultural durante esse processo não implica uma rejeição das formas escolares, mas uma adaptação delas às realidades culturais, promovendo uma educação inclusiva, crítica e dialógica.

No contexto da educação contemporânea, Candau (2020) argumenta sobre o papel do professor, que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, exigindo dele a habilidade de atuar como mediador cultural. Em sociedades caracterizadas pela diversidade, essa função torna-se ainda mais relevante, pois cabe ao docente fomentar um ambiente educacional que respeite e valorize as diferenças culturais dos alunos, promovendo a inclusão e o diálogo intercultural.

A formação docente é crucial na preparação de professores para essa tarefa. É essencial que os programas de formação enfatizem não apenas os conhecimentos técnicos, mas também a sensibilidade e a competência cultural dos futuros educadores. Segundo Candau (2020), a prática docente deve ser permeada por uma “pedagogia da presença”, na qual o educador reconhece as vozes e identidades dos alunos, considerando as dimensões culturais como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem permite que o professor desenvolva uma postura reflexiva e crítica, essencial para lidar com a pluralidade cultural presente nas salas de aula.

A sensibilidade para as diferenças culturais requer, ainda, uma compreensão ampla sobre os fatores que influenciam a construção das identidades culturais. Banks (2015) argumenta que os professores devem ser capazes de identificar como os contextos sociais, históricos e econômicos impactam a vida dos estudantes e suas formas de aprender. Essa competência permite que o professor atue como um facilitador de diálogos interculturais, conectando os conteúdos escolares às vivências dos alunos e, assim, tornando o ensino mais significativo.

Além da formação, práticas inclusivas e interculturais no ensino são fundamentais para garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado. A adoção de metodologias ativas que valorizem a participação e a colaboração dos alunos, como projetos baseados em problemas e rodas de conversa, pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva. Como destaca Freire (1996), o ato de educar deve ser sempre dialógico, possibilitando que todos os envolvidos no processo educativo sejam ouvidos e valorizados.

Práticas interculturais também incluem a incorporação de conteúdos que reflitam a diversidade cultural. Segundo Hall (2003), a cultura é um elemento estruturante da identidade e deve ser abordada de forma crítica no currículo escolar, permitindo que os alunos compreendam as interconexões entre suas experiências e os contextos globais. Essa abordagem fortalece o respeito pelas diferenças e combate preconceitos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e responsáveis.

Banks (2015) pontua que é imprescindível refletir sobre os desafios que o professor enfrenta na mediação cultural, especialmente em contextos educacionais marcados pela desigualdade social. A falta de recursos, a sobrecarga de trabalho e as políticas públicas insuficientes são barreiras que dificultam a implementação de práticas inclusivas e interculturais. Assim, o papel do professor na mediação cultural é multifacetado e exige competências que vão além do domínio técnico (Candau, 2020). A formação docente, aliada à sensibilidade para as diferenças culturais e à implementação de práticas pedagógicas inclusivas, é essencial para transformar a escola em um espaço de convivência democrática e respeito à diversidade.

Como prática social, a educação atua tanto formalmente, por meio das instituições de ensino, quanto informalmente, no âmbito familiar e comunitário. De acordo com Geertz (1989), a cultura é compreendida como um sistema de significados compartilhados que é transmitido por gerações, e a educação, nesse sentido, é um dos principais meios para a continuidade desse sistema.

A transmissão cultural, entretanto, não é um processo neutro ou homogêneo. Ela é influenciada por dinâmicas históricas, sociais e políticas que moldam o modo como os conteúdos culturais são apresentados e interpretados. Freire (1996) destaca que a educação deve ser um processo crítico e dialógico, permitindo que os educandos compreendam e valorizem sua cultura ao mesmo tempo em que refletem sobre ela, promovendo não apenas sua preservação, mas também sua transformação em resposta aos desafios contemporâneos.

Na contemporaneidade, a globalização emerge como um dos principais desafios à preservação cultural, promovendo uma homogeneização dos valores e práticas culturais. Appadurai (2001) aponta que, embora a globalização permita trocas culturais mais amplas, também tende a impor um padrão cultural domi-

nante, frequentemente associado à cultura ocidental. Nesse contexto, as práticas educativas enfrentam o desafio de equilibrar a inserção em um mundo globalizado com a valorização e manutenção das identidades locais.

A homogeneização cultural promovida pela globalização afeta especialmente comunidades minoritárias e indígenas, cujas culturas correm o risco de serem marginalizadas ou obliteradas. Conforme pontua Hall (2014), a identidade cultural é continuamente negociada, e a educação pode desempenhar um papel crucial ao oferecer espaços de resistência e revalorização das culturas tradicionais. O currículo escolar, por exemplo, pode ser um instrumento de influência para incluir saberes locais e indígenas, promovendo uma educação intercultural que valorize a pluralidade cultural.

Por outro lado, a preservação cultural por meio da educação também enfrenta desafios internos, como a falta de formação docente para lidar com a diversidade cultural e a resistência à inclusão de conteúdos culturais considerados “não hegemônicos” nos currículos escolares. Freire (1996) enfatiza que os educadores precisam assumir uma postura aberta e crítica para mediar o encontro entre culturas diferentes, valorizando tanto os saberes acadêmicos quanto os conhecimentos tradicionais.

Portanto, a educação, ao mesmo tempo em que é um veículo de preservação cultural, precisa ser adaptada às condições da contemporaneidade. Appadurai (2001) analisa que, incluir noções de pluralidade cultural, respeito às diferenças e valorização dos saberes locais, podem atuar para resistir aos efeitos da homogeneização e contribuir para a formação de sujeitos conscientes de sua identidade e preparados para atuar em um mundo globalizado. Logo, a construção de políticas educacionais que promovam a interculturalidade e a formação de professores comprometidos com a diversidade cultural são passos essenciais nesse processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, como prática social e cultural, corrobora na preservação e transmissão dos valores e tradições que definem as identidades coletivas, principalmente se ela for observada a partir de uma perspectiva antropológica. A infância é uma fase fundamental para a construção do ser humano como um corpo social e cultural, tendo a educação um papel chave nesse processo. Esse estudo destacou como a educação, ao mediar a relação entre cultura e aprendizado, pode funcionar como um instrumento para garantir a continuidade dos saberes de uma comunidade, mesmo em um contexto de profundas transformações sociais e culturais. Ao mesmo tempo, enfatizou-se que esse processo não é isento de desafios, especialmente em face das pressões impostas pela globalização e pela tendência à

homogeneização cultural.

A análise mostrou que, enquanto a globalização possibilita trocas culturais enriquecedoras, também ameaça a diversidade ao promover padrões culturais dominantes. Nesse cenário, práticas educativas comprometidas com a valorização da pluralidade cultural e com a inclusão de saberes locais tornam-se ainda mais necessárias. Em alguns estudos como o de Freire (1996), Geertz (1989) e Hall (2014) oferecem subsídios teóricos fundamentais para que a educação não apenas preserve a cultura, mas também contribua para sua transformação crítica e criativa, permitindo que os educandos dialoguem com as demandas contemporâneas sem perder suas raízes identitárias.

No âmbito prático, o desenvolvimento de currículos interculturais e a formação docente voltada para a diversidade são medidas essenciais para que a educação desempenhe esse papel mediador. Além disso, a inclusão de saberes indígenas e comunitários em espaços formais de ensino representa uma estratégia efetiva para resistir à marginalização cultural, promovendo um ensino mais justo e representativo.

Para futuras pesquisas, sugere-se uma análise empírica mais aprofundada das práticas educacionais em contextos multiculturais, com foco em iniciativas que têm obtido êxito na preservação cultural. É válido aprofundar estudos comparativos entre diferentes sistemas educacionais também podem reunir perspectivas distintas sobre como diferentes sociedades equilibram os desafios da globalização com a necessidade de preservar suas identidades culturais.

REFERÊNCIAS

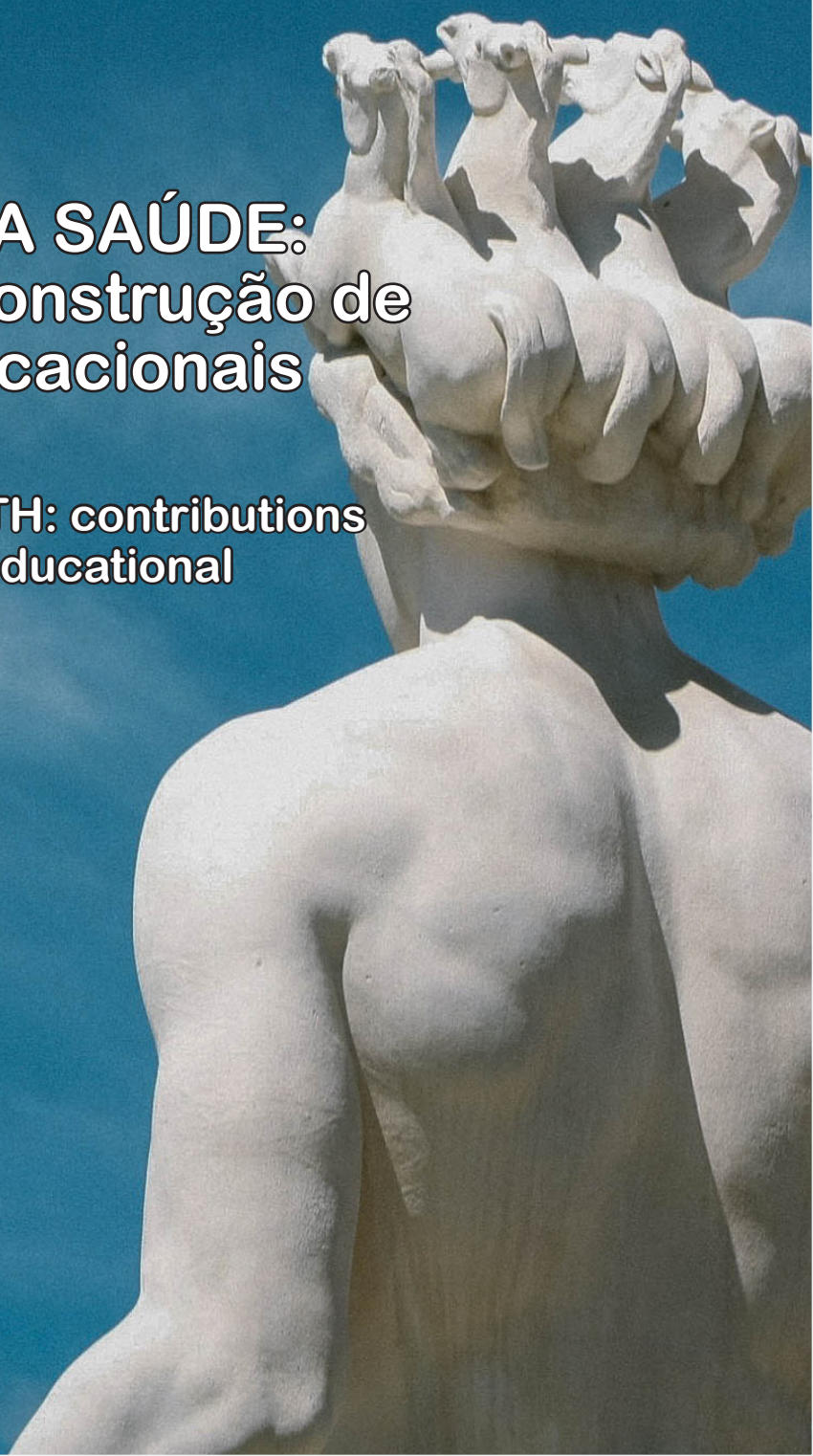
- APPADURAI, Arjun. *Modernidade em Tempos de Globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BANKS, J. A. *Cultural diversity and education: foundations, curriculum, and teaching*. 6. ed. Boston: Pearson, 2015.
- CANDAU, V. M. Educação intercultural na América Latina: Um campo em construção. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 1-19, 2020.
- CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1973.
- GOÊS, Moacir. Educação e cultura nas comunidades indígenas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, p. 123-137, 2012.
- GOODY, Jack. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.
- HEATH, Shirley Brice. *Ways with words: Language, life and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MEAD, Margaret. *Coming of age in Samoa*. New York: William Morrow, 1928.
- MEAD, Margaret. *Cultura e compromisso: o papel da cultura na educação moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *A educação indígena: aspectos culturais e políticos*. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

5

ANTROPOLOGIA DA SAÚDE:
contributo para a construção de
novos espaços educacionais

ANTHROPOLOGY OF HEALTH: contributions
to the construction of new educational
practices



Resumo

Este artigo tenciona analisar em profundidade os direcionamentos sobre as contribuições da Antropologia da Saúde para a construção de novas práticas educacionais em saúde, abordando o desenvolvimento dessa área do conhecimento e sua contribuição para a prática mais consciente dos profissionais de saúde e sociedade como um todo. Para tanto, pretende-se responder o seguinte questionamento: Até que ponto a Antropologia da Saúde pode contribuir para a aproveitamento das práticas de educação em saúde em diferentes culturas, a partir da revisão bibliográfica. Como forma de pesquisa, utilizou-se como método, a pesquisa bibliográfica que tem como objetivo reunir as informações e dados que servirão de base para a construção deste artigo. Sobre essa análise, busca-se conceituar e contextualizar Antropologia da Saúde e educação, apontando seus aspectos sociais que abordam a sociedade e suas diversas culturas, fazendo uma análise panorâmica sobre as principais transformações que a Antropologia da Saúde vem experimentando no mundo, estabelecendo conexões entre espaço e sua relação com o meio, associada as culturas globais e a ciência. Como resultado, verificou-se que são impostas novas solicitações à educação, de acordo com os significativos avanços das forças produtivas, que vieram gerar uma nova cultura, centrada no conhecimento científico e tecnológico, tidos hodiernamente como o mais efetivo fator de produção no mundo capitalista. À guisa de conclusão, mostrou-se que, nos últimos tempos, as oportunidades e riscos intrínsecos na troca global de dados, informações e conhecimento, se tornam uma questão social, estando em constante movimento e renovação.

Palavras-chave: Antropologia; Educação; Práticas Educacionais.

Abstract

This article intends to analyze in depth the directions on the contributions of health anthropology to the construction of new educational practices in health, addressing the development of this area of knowledge and its contribution to a more conscious practice of health professionals and society as a whole. Therefore, we intend to answer the following question: To what extent can Health Anthropology contribute to the use of health education practices in different cultures, based on the literature review. As a form of research, it was used as a method, the bibliographic research that aims to gather information and data that will serve as a basis for the construction of this article. On this analysis, we seek to conceptualize and contextualize the Anthropology of Health and education, pointing out its social aspects that address society and its various cultures, making a panoramic analysis of the main transformations that the Anthropology of Health has been experiencing in the world, establishing connections between space and its relationship with the environment, associated with global cultures and science. As a result, it was found that new requests to education are imposed, in

accordance with the significant advances of the productive forces, which came to generate a new culture, centered on scientific and technological knowledge, considered today as the most effective factor of production in the capitalist world. In conclusion, it was shown that, in recent times, the opportunities and intrinsic risks in the global exchange of data, information and knowledge have become a social issue, being in constant movement and renewal.

Keywords: Anthropology; Education; Educational Practices

1 INTRODUÇÃO

A formação do conhecimento constitui-se um dos pilares fundamentais nos países desenvolvidos, e recebe cada vez mais destaques nas organizações. Isso confirma que o saber se transformou em elemento basilar na dinâmica da nova ordem mundial. O conhecimento conectado as linhas de informações, constitui um dos principais recursos estratégico e agente transformador da sociedade, inclusive nas áreas da educação e da saúde.

A Antropologia é o estudo do homem em suas dimensões físico, biológica, social e cultural. O homem em sua totalidade recebe influências de várias áreas quando se discute o sistema ensino aprendizagem, inclusive da área da saúde. Por sua vez, a Antropologia em Saúde, desde a década de 70, tem se interessado no estudo das pesquisas, principalmente no campo da área da Saúde Coletiva. (LANGDON *et al.*, 2012).

Como aponta Libâneo (1990), o processo de ensino se define como um alento de uma sequência de atividades que envolvem o educador e os educandos, com a proposta para a assimilação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, por meio dos quais os educandos refinam as capacidades cognitivas, tais como: pensamento independente, observação, análise síntese e outras.

A educação em saúde, principalmente na Atenção Primária à Saúde, é uma estratégia utilizada pelos profissionais da saúde e voltada para a comunidade, busca o enfrentamento das doenças através da prevenção dos fatores de risco que enfraquecem a saúde do homem. As camadas mais vulneráveis da população são aquelas que não têm acesso às informações e ao conhecimento, possuem baixa condição socioeconômica ligada ao consumo inadequado alimentar e ao sedentarismo, faz uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas, estando mais propensas às doenças, principalmente as doenças crônicas como a hipertensão arterial sistêmica (HAS), o diabetes mellitus (DM) e o câncer. (NOGUEIRA *et al.*, 2020).

As atividades desenvolvidas pelos profissionais da saúde se baseiam em grupos e palestras nas unidades de saúde, sem que ocorra o empoderamento do indi-

víduo e da coletividade. Educação em Saúde confere o autocuidado ao indivíduo, sendo este capaz, responsável e autônomo para preservar a qualidade de vida e escolher alternativas adequadas para o seu bem estar e da coletividade (TOSSIN *et al.*, 2016).

Partindo desta análise, o estudo em tela vem buscar respostas ao seguinte questionamento: Até que ponto a Antropologia da Saúde pode contribuir para o aproveitamento das práticas de educação em saúde em diferentes culturas?

Diante dessa explanação propõe-se como objetivo de estudo investigar e aprofundar a importância da Antropologia da Saúde na educação e sua influência para a construção de novos espaços educacionais.

Esta abordagem trata de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, descritivo, utilizando a revisão sistemática da literatura, definiu-se percorrer três etapas: entrada, planejamento da pesquisa e saída.

A pesquisa qualitativa trilha caminhos na busca de entender um fenômeno, sem uso de métodos estatísticos na análise dos dados levantados, mas utilizando como base conhecimentos teóricos-empíricos. O método exploratório amplia os conhecimentos e fatos relacionados a um determinado fenômeno. Já o método descritivo percorre a realidade de estudo e suas características, descrevendo com exatidão fatos e fenômenos encontrados em relação ao objeto de estudo (ZANELLA, 2013).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação no Brasil

É de se considerar que a política educacional deva garantir o direito à educação para todos os cidadãos, junto a outras políticas sociais asseguradoras de seus respectivos direitos. A política educacional, por fim, deve conceder condições igualitárias de vida, proporcionando oportunidades iguais de existência para todos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 13 de julho de 1990, através da Lei 8.069/90, estabelece os direitos e deveres da criança e do adolescente, as responsabilidades do Estado, da sociedade e da família com o futuro das novas gerações. Crianças e adolescentes passam a serem considerados, dentro de um novo paradigma e concepção, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta no que se refere às políticas públicas, incluindo aí a destinação e liberação de recursos financeiros (BRASIL, 1990).

Em virtude das considerações sobre a educação, Scriptor (2005) discorre que

uma escola orientada à cidadania tem, consequentemente, por finalidade, uma formação voltada para a democracia. A escola deve possibilitar as crianças e adolescentes estratégias para construir e desenvolver experiências direcionadas a sua formação, tais como, a compreensão da sociedade onde está inserida, o conhecimento dos princípios e valores democráticos, a análise de situações sociais problemáticas que requeiram soluções visando o bem-estar de todos e não somente o de alguns, a identificação e discussão de conflitos interpessoais e de valores presentes no cotidiano (BARBOSA, 2019).

A implantação do Programa Saúde na Escola (PSF), instituído em 2007 é uma política pública do governo federal, atendendo a articulação entre a educação e a saúde, ou entre a escola e a Atenção Primária à Saúde (BRASIL, 2021). O PSE, através das ações desenvolvidas em intersectorialidade entre sistema educacional e sistema de saúde na área coletiva, planeja e desenvolve temas de prevenção de doenças e promoção da saúde com crianças e adolescentes no âmbito escolar da rede pública educacional (SANTOS et al., 2021). Os envolvidos no processo de aprendizagem sobre saúde/doença na escola aprendem princípios de cidadania e passam a serem multiplicadores das informações sobre saúde e políticas públicas nas famílias, nos grupos sociais e culturais da comunidade (BARRETO et al., 2020).

A Equipe de Saúde da Família (ESF) é o modelo de reorganização do sistema de saúde na Atenção Primária à Saúde, criado em 1994 no Brasil. Os profissionais de saúde que integram as ESF trabalham com programas que abordam promoção e prevenção, com temas sobre hábitos de vida saudável, alimentação saudável, exercícios físicos, vacinação, exames de rotina etc. Ações educativas desenvolvidas na saúde coletiva, em especial com crianças e adolescentes, precisam ser apresentadas de forma lúdica e criativa. Um exemplo é apresentado no estudo de Nobre et al. (2020), onde acadêmicos de um curso de graduação em Medicina utilizam histórias em quadrinhos ou gibis, na disciplina de Atividade Física na Promoção em Saúde, para abordar o tema esporte, atividade física e saúde com usuários de uma unidade de saúde.

As políticas públicas educativas podem acontecer com divulgação em massa de propagandas educativas nas diversas mídias sociais e eletrônicas, chegando não somente para os profissionais da saúde, mas também para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), abrangendo ainda todo o sistema de educação brasileiro. Entretanto, a escola e seus membros necessitam serem integrados e atendidos de forma diferenciada, quando falamos em saúde coletiva.

As considerações colacionadas por Gee (2009), quando afirma em sua tese, que a metodologia de ensino e aprendizagem deve seguir de modo a facilitar a atuação do aluno, considerando como sujeito ativo no processo de aprendizagem, inclusive no quesito saúde. Para o autor, a utilização de jogos (videogames) e seus

similares, devem ser vistos como um processo importante de aprendizagem, devendo, neste seguimento, estar presente no âmbito escolar. Nesta conjuntura, o aluno, deve ter um papel basilar nos quesitos de pensar, discutir, operar, e, acima de tudo, de criar a sua própria identidade, objetivando com clareza ser capaz de resolver os problemas a que a ele incorre (ARAÚJO *et al.*, 2021).

Segundo Moita *et al.* (2011), a utilização de novas tecnologias no âmbito escolar privilegia o formato da construção do processo educativo, somando a variedade de recursos a ela inseridos, perfazendo um modelo ímpar de conhecimento.

Frisa-se mais, deve acima de tudo, considerarmos que o uso de atividades que predispõe a imprimir boas ações, torna-se um agente dominador do conhecimento, citando, neste seguimento, os jogos de guizes, que são ações que podem ser desenhados e acoplados no espaço escolar, servindo como instrumento peculiar e eficaz, com o uso das modalidades tecnológicas, onde, neste linear, torna-se um amparo a aprendizagem de maneira significativa e lúdica (ARAÚJO *et al.*, 2011).

2.2 Abordagem da saúde/doença na educação: novas práticas educacionais

Estar saudável vai além de não ser acometido por um tipo de enfermidade, visto que ela pode estar relacionada a outros fatores tais como: congênito, genético, social, ambiental e psicológico, ligados à história de cada indivíduo (CARRAPATO *et al.*, 2017). É por essa razão que a educação deve estar acima de qualquer meta traçada pela sociedade, pois, é através dela que a coletividade consegue traçar objetivos de promover a saúde, combatendo os males que por acaso apareçam.

O tema saúde/doença se mostra imperioso ao atentarmos para a necessidade de haver grandes modificações conceituais no que diz respeito a formação permanente dos profissionais de saúde que atuam neste seguimento, e, sem sombra de dúvidas, com o direcionamento da inclusão do enfoque coletivo na abordagem do conceito de saúde, assim como dos determinantes sociais e contextuais.

No mesmo sentido, Benevides (1996), discorre que a educação envolve a formação do ser humano para desenvolver as potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade. Motta (1997) aduz que a educação é um processo que o homem percorre para o alcance do aprendizado, que proporciona os saberes, o desenvolvimento das habilidades cognitivas e psicomotoras, e a afetividade. Para o autor, ela envolve sempre dois ou mais interlocutores, designados educadores(es) e educando(s), utilizando um método educativo, em um constante movimento de transmissão.

As áreas da saúde e doença são produtoras de saberes aplicados na vida de

ambos os interlocutores. As atividades educacionais que socializem informações sobre a promoção da saúde e prevenção de doenças, desenvolvidas no sistema educacional promovem a integração da comunidade com o sistema de saúde (PAES; PAIXÃO, 2016).

Para Martins (1993) a política educacional age sobre a educação, mas não tem, como pode parecer num primeiro momento, o domínio sobre ela. Na visão do autor, é vista como definição contrária, onde, para ele, é a própria educação que pode atuar e interferir na política educacional.

A Portaria MS/GM nº 399/2006, que institui as diretrizes operacionais do Pacto pela Saúde e suas prioridades: o Pacto pela Vida; Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão do SUS. A portaria deve ser atualizada de acordo com a renovação de novas práticas de saúde implantadas no território brasileiro, que vem, a cada ano, ampliando o agrupamento e implantando novas medidas asseguradoras, disponibilizando, tanto para a população como também para os profissionais da saúde, atendendo assim, os princípios do SUS (BRASIL, 2006).

No Pacto pela Vida se inclui a Promoção da Saúde (hábitos saudáveis), Atenção Básica à Saúde (consolidar a ESF), entre outros inclui-se aqui, como território de trabalho das ESF pelo Pacto pela Vida a escola, ambiente onde deve ser desenvolvido ações voltadas para promoção à saúde. O ambiente escolar contribui na promoção da saúde por reunir um grande número de usuários do SUS, contribuir na formação crítica dos envolvidos e abordar temas do processo educativo por grupos etários. À exemplo, temas relativos as fases do crescimento e desenvolvimento do corpo humano por gênero, nutrição e distúrbios alimentares diferentes por grupo etário, esporte/atividade física, mental e social (PAES; PAIXÃO, 2016).

Lembrando que, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), apresentam o tema saúde como transversal à educação básica, um destaque que aproxima a área da educação e a área da atenção básica em saúde (MARTINS, 2019).

2.3 Antropologia da saúde: contribuições para a construção de novos espaços educacionais

A Antropologia da Saúde ressalta que existem possibilidades para se repensar as políticas públicas de saúde, para que estas sejam humanitárias e pontuais, na busca de atender grupos populacionais específicos e a sociedade em geral (LARRUBIA; SILVA JUNIOR; FREITAS, 2019).

A educação se inscreve entre as necessidades vitais da sociedade democrática, por conceber o único meio legítimo de participação de todos. Ao tratar da educação, que deve ser propagada de geração a geração, a política educacional está

interferindo no corpo de regras sociais constituintes da moralidade de um grupo, podendo incluir ou excluir valores, e acaba delimitando, assim, o próprio processo de formação subjetiva do ser humano, que compreende os sentimentos e as disposições emocionais que vão regular a sua conduta.

Revela-se de antemão, que a educação é primordial na organização de uma nação que se caracteriza pela maneira de ser e agir. Observa-se que o ser humano dotado de qualidades é um ser que está em constante busca, superando novos desafios, procurando através de suas capacidades, ampliar e aperfeiçoar o mundo a sua volta. Pois é assim, que defende Santomé (1998, p.84), senão vejamos:

A interdependência é uma das palavras mais indispensáveis nos novos modelos de vida e sociedade. O poder e, portanto, as questões políticas, econômicas, culturais, religiosas e militares estão cada vez mais inter-relacionadas, e, além disso, seus cenários são mais internacionais.

Inerente à educação em saúde, em suma, ela assume um papel basilar na vida dos cidadãos e da sociedade como um todo, levando em conta, a combinação da implementação dos programas que visam à promoção da saúde e prevenção de doenças, com destaque, nas aplicações de políticas de saúde mais humanitárias, além de possibilitar a ressignificação das atividades cotidianas desenvolvidas pelos profissionais de saúde.

Na longa jornada do processo da educação e prevenção na saúde coletiva de uma sociedade, buscou-se, em seu cenário construtivo, a implantação de modelos assistenciais de saúde de diversos seguimentos. Desde o formato de médicos assistencialistas a sanitaristas, baseando-se no modelo do assistencialismo individualizado, o que, de maneira peculiar. Verificou-se ao longo dos anos, que não foram suficientes para resolver todos os problemas de saúde da população (MARTINS, 2019).

No Brasil, essa realidade não é muito diferente, mesmo com a implantação de grandes projetos e publicações de novas legislações que, diga de passagem, em alguns casos, confundem ou dificultam todo o trâmite dos processos, em especial, nos modelos micros (prefeituras e secretarias municipais).

A aprovação da Atenção Básica à Saúde, como se conhece no Brasil, partiu da Portaria nº 2.488, de 21 de outubro 2011, que estabelece as regras e normas para a Atenção Primária à Saúde, a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS) (BRASIL, 2012).

Acredita-se que, somente após a implementação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e as Equipes de Saúde de Família (ESF) nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ocorreu um grande avanço no processo de promoção e prevenção,

referente aos cuidados de saúde. Porém, não obstante, é primordial que todas as UBS tenham números suficientes de profissionais para que se possam promover a saúde no território adscrito e evitar a saída dos indivíduos das comunidades para os grandes centros de tratamentos e diagnósticos.

A respeito do processo de trabalho desempenhado pelas Equipes de Saúde da Família (ESF), Merhy (1997, p. 71-112) assim dispõe:

As especificidades do trabalho em saúde demarcam um campo específico das práticas, sendo que estas se desenvolvem em um espaço de encontro e de intervenção denominado de espaço intercessor, enquanto espaço onde se processa a produção de ações de saúde e onde cada trabalhador potencialmente pode decidir coisas, ou seja, exerce um certo autogoverno.

Por derradeiro, pondera-se que, para haver grandes mudanças no cenário de políticas públicas no Brasil é essencial que ocorra renovação na esfera cultural dos conceitos de educação e saúde. Ambos os setores se encontram interligados, pois, além da implementação de políticas públicas educativas e de saúde, se faz necessário a ampliação no número de profissionais de saúde das ESF, vislumbrando a educação em saúde como ferramenta primordial na promoção da saúde e prevenção de doenças.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antropologia da Saúde busca no contexto social e cultural, espaços educacionais para abordar os problemas relacionados a saúde/doença. Um dos espaços é a saúde pública, contexto que se mostra profícuo para o desenvolvimento de práticas educativas sobre o autocuidado e a educação em saúde.

A educação em saúde, cumpre apontarmos que ela assume um papel basilar na vida dos cidadãos e na sociedade como um todo, levando em conta, a combinação da promoção da saúde e prevenção de doenças, que engloba o bem-estar físico, mental, emocional e social dos indivíduos.

As atividades educativas realizadas de forma criativa e lúdica, apresentam-se como a melhor forma de abordagem nos aspectos relacionadas aos cuidados de saúde e prevenção de doenças. A escola, por agregar indivíduos em diferentes faixas etárias, é um universo social e cultural amplo para atuação dos profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF).

As políticas públicas nas três esferas de governo e o planejamento das ações de saúde na Atenção Primária em Saúde devem atender aos princípios do SUS, prevendo a educação em saúde para o alcance do autocuidado e da qualidade de

vida da população adscrita em cada território de atendimento da ESF. Também, cabe aqui salientar a importância da educação permanente dos profissionais das ESF, com a articulação entre instituições públicas e as secretarias municipais de saúde, para a consolidação do serviço e aprimoramento das ações em saúde em um movimento constante de aprender em serviço.

Importante ressaltar, que mais estudos precisam ser realizados para avançarmos sobre o assunto. Estudar as relações entre saúde e educação, assim como os espaços educacionais e as práticas educativas, irão proporcionar informações relevantes quanto ao modelo de saúde coletiva que a sociedade deseja.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. H. M.; SILVA, A. S. C.; CARVALHO, L. A. S.; SILVA, J. C.; RODRIGUES, C. W. M. S.; OLIVEIRA, G. F. O quiz como recurso didático no processo ensino-aprendizagem em genética. In: 63ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 10-15 nov. 2011, Goiânia. *Resumo de Comunicações Livres [...]*. Goiânia: Campus Samambaia, Universidade Federal de Goiás, 2011. n. 5166. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/5166.htm>. Acesso em: 10 maio de 2021.

ARAÚJO, A. S. Q. A importância do lúdico para o desenvolvimento infantil. *REVISTA DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL*, São Paulo, n. 6, v. 6, p. 7-22, 2021. Disponível em: <https://revistaintelectual.com.br/wp-content/uploads/2021/07/IMEP-Revista-Desenvolvimento-Intellectual-V006-rev02.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

BARBOSA, Juliene Bezerra de Araújo. *Educação e cidadania implicações do pensar e do fazer institucional no saber dos estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo – Juripiranga/PB*. 2019. Trabalho de Conclusão (Graduação em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15142>. Acesso em: 13 out. 2021.

BARRETO, V. P.; INÁCIO, J. O.; SILVA, B. C. O.; AQUINO, A. R. G.; MARQUES, C. C. FEIJÃO, A. R. Estratégia de educação por pares na prevenção de hiv/aids entre adolescentes. *Saúde e Pesquisa*, Maringá, v. 13, ed. 2, p. 253-263, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/7570>. Acesso em: 28 out. 2021.

BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR-6LpD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de jul. de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, seção 1, n. 135, 16 jul. 1990. p. 13.563.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o pacto pela saúde 2006 – consolidação do SUS e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Saúde na Escola (PSE)*. 2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pse>. Acesso em: 13 out. 2021.

CARRAPATO, P.; CORREIA, P.; GARCIA, B. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 26, n. 3, p.676-689, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2017.v26n3/676-689/pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GEE, J. P. *Bons videogames e boa aprendizagem*. v. 27, n. 1. Perspectiva: Florianópolis, 2009.

LANGDON, E. J.; FOLLÉR, M. L.; MALUF, S. W. Um balanço da Antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 37, n. 1, p. 51–89, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7252>. Acesso em: 30 out. 2021.

LARRUBIA, B. C.; SILVA JUNIOR, N. E.; FREITAS, I. M. Antropologia da saúde e doença: contribuições para os serviços públicos de saúde. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, ano 4, ed. 8, v. 4, p. 5-28, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/servicos-publicos>. Acesso em: 30 out. 2021.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990.

MARTINS, C. *O que é política educacional*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MARTINS, I. Educação em ciências e educação em saúde: breves apontamentos sobre histórias, práticas e possibilidades de articulação. *Ciênc. educ.*, Bauru, v. 25, n. 2, p. 269-275, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/RV6KN5nv65kFxRcdNM9Sr-xN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (org.). *Agir em saúde: um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec; 1997.

MOITA, F. M. G. S. C.; VERASZTO, E. V.; CANUTO, E. C. A. Jogos eletrônicos e estilos de aprendizagem: uma relação possível – breve análise do perfil de alunos do ensino médio. In: BARROS, D. M. V. (org.). *Estilos de Aprendizagem na Atualidade*. v. 1. Lisboa: [s.n.], 2011. p. 149-161.

MOTTA, E. O. *Direito educacional e educação no século XXI*. Brasília: UNESCO, 1997.

NOBRE, I. A.; COSTA, R. C. M.; MOREIRA, A. S. Esportes em histórias de quadinhos: entretenimento aliado a promoção à saúde. *Scientia Naturalis*, Rio Branco, v. 2, n.

1, p. 337-346, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SciNat/article/view/3583>. Acesso em: 13 out. 2021.

NOGUEIRA, L. A.; MENES, C. G.; BORGES, R.; MIKOSZ, D. M.; BETIOLLI, S. E.; THEIS, L. C. Ações educativas na prevenção de agravo à saúde: relato de experiência. *Extensio: R. Eletr. de Extensão*, Florianópolis, v. 17, n. 37, p. 88-98, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/69991/45105>. Acesso em: 28 set. 2021.

PAES, C. D. C.; PAIXÃO, A. N. P. Importância da abordagem da educação em saúde: revisão de literatura. *Revista de Educação do Vale São Francisco – REVASF*, Petrolina, v. 6, n. 2, p. 80-90, 2016. Disponível em: <http://200.133.3.238/index.php/revasf/article/viewArticle/944>. Acesso em: 30 set. 2021.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

SANTOS, A. M.; TWARDOWSKI, R. M.; CAETANO, A. A. S.; LEFFE, D. M.; ESCHER, A.A. A relevância da educação para a saúde coletiva. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba v. 4, n. 4, p. 18387-18399, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/35268/pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

SCRIPTORI, C. C. Cidadania e escola: alguns pontos de reflexão sobre os caminhos de uma educação para a cidadania. In: ASSIS, M. C.; ASSIS, O.; MANTOVANI, Z. (org). *Educação e cidadania*. XXII Encontro Nacional de Professores do PROEPRE. Campinas: Faculdade de Educação, 2005.

TOSSIN, B. R.; SOUTO, V. T.; TERRA, M. G.; SIQUEIRA, D. F.; MELLO, A. L.; SILVA, A. A. As práticas educativas e o autocuidado: evidências na produção científica da enfermagem. *REME – Rev Min. Enferm.*, Belo Horizonte, v. 20, e940, 2016. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e940.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ZANELLA, L. C. H. *Metodologia de pesquisa*. 2. ed.reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/LivrotextoMetodologiaPesquisa.pdf. Acesso em 18 out 2021.

Antropologia: introdução às subáreas reúne reflexões que articulam o olhar antropológico com os campos do Direito, do Desenvolvimento e da Educação, propondo uma leitura crítica das estruturas de poder que atravessam a vida social. A obra destaca o papel da Antropologia como ciência da alteridade e lente capaz de problematizar desigualdades, silenciamentos e naturalizações. Temas como pluralismo jurídico, direitos indígenas, conflitos fundiários, discursos desenvolvimentistas e práticas pedagógicas decoloniais são abordados de forma acessível e instigante. Mais do que respostas prontas, o livro oferece questionamentos e caminhos de diálogo intercultural, convidando o leitor a refletir sobre justiça social, diversidade e transformação no mundo contemporâneo.

ISBN: 978-65-6068-193-4

